

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MICAEL FERREIRA DOS SANTOS REIS

**ANÁLISE DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS DIVULGAÇÕES DOS
DEMONSTRATIVOS DE GESTÕES FISCAIS DOS MUNICÍPIOS COREDE SERRA
GAÚCHA**

CAXIAS DO SUL

2019

MICAEL FERREIRA DOS SANTOS REIS

**ANÁLISE DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS DIVULGAÇÕES DOS
DEMONSTRATIVOS DE GESTÕES FISCAIS DOS MUNICÍPIOS COREDE SERRA
GAÚCHA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I e II: Prof. Me. Tarcísio
Neves da Fontoura

CAXIAS DO SUL

MICAEL FERREIRA DOS SANTOS REIS

**ANÁLISE DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS DIVULGAÇÕES DOS
DEMONSTRATIVOS DE GESTÕES FISCAIS DOS MUNICÍPIOS COREDE SERRA
GAÚCHA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I e II: Prof. Me. Tarcísio
Neves da Fontoura

Aprovado (a) em 28 de Junho de 2019.

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Tarcísio Neves da Fontoura
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Me. Afonso Celso Goulart Martins
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me. Elias Milton Denicol
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho a Deus, que me acompanhou nesta jornada. A todos os meus familiares, amigos e colegas pelo incentivo e apoio constante. Em especial ao meu orientador Prof. Ms. Tarcísio Neves da Fontoura, que muito contribuiu, auxiliou e incentivou para que o presente trabalho atendesse aos seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por sempre estar ao meu lado, guiando-me e iluminando as minhas escolhas, permitindo que com muita perseverança fosse possível a conclusão de mais esta etapa em minha vida. Quero também expressar meus agradecimentos aos meus pais, Angelita Ferreira e Lindones Reis, pois sem eles não seria possível a realização desta jornada, sempre acreditaram em meu potencial, deram muito amor e apoio, mesmo em momentos difíceis.

Sempre me incentivaram a nunca desistir e a seguir sempre em frente, independente das dificuldades que aparecerem no caminho. São ícones de minha vida que só tenho a agradecer e orgulhar-me por tudo que fizeram ou fazem, pois estiveram e estão presentes todos os dias em minha caminhada, tenho muita admiração por eles, exemplos de pessoas humildes, simples e batalhadoras. Também agradeço aos demais familiares pelo apoio prestado durante todos esses anos de caminhada e por estarem sempre presentes, incentivando e apoiando minhas escolhas.

Agradeço a todos os meus amigos de escola, graduação, trabalho, clubes, viagens, enfim, aquelas pessoas queridas que a vida trouxe para perto de mim ao longo destes anos, que fazem parte de meu cotidiano, sempre me apoiando, dividindo experiências, somando momentos, assim como advertindo-me quando necessário, pois amigos são para isso também. Sendo assim, agradeço a todos os meus amigos e familiares por compreenderem e respeitarem as vezes que precisei ausentar-me para o presente estudo, e por sempre incentivarem-me a cada vez ir mais longe em minha jornada.

E por fim, agradeço ao meu orientador Professor Mestre Tarcísio Neves da Fontoura, por guiar-me durante a execução deste trabalho, sempre ajudando a lapidar e desenvolver as ideias, assim como executá-las para que este trabalho atingisse seus fins propostos.

“Quando tudo parecer dar errado em sua vida, lembre-se que o avião decola contra o vento, e não a favor dele”.

Henry Ford

RESUMO

O presente estudo tem como escopo analisar e demonstrar o nível de publicidade e transparência dos municípios que compõe o COREDE Serra Gaúcha. Assim para atender tal demanda, este trabalho utilizou-se de um resgate da base legal instituída, ou seja, as legislações pertinentes em que os municípios estão submetidos. Utilizando-se como enfoque legal a Constituição Federal Brasileira, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a Lei 4.320/64, a NBC TSP 16.6 (R1), a Lei de Acesso à Informação - LAI e a Lei da Transparência, a fim de demonstrar a obrigatoriedade de publicação dos demonstrativos contábeis e relatórios de gestão fiscal a qual os entes municipais são obrigados a publicar. Com o objetivo de demonstrar e verificar o cumprimento ou não das publicações perante as legislações a que os municípios estão sujeitados, aplicou-se a ferramenta de um *checklist*, onde ele reúne todos os documentos obrigatórios de publicação. Após aplicado tal ferramenta, os municípios foram classificados conforme suas publicações vistas a atender as bases legais. Ciente que os documentos publicados pelas prefeituras são de grande importância e que em razão desta publicação é possível monitorar, averiguar, acompanhar e fiscalizar a administração dos recursos públicos aplicados na saúde, segurança, educação e no desenvolvimento econômico do município.

Palavras-chave: Publicidade. Transparência. Demonstrativos contábeis. Relatórios de gestão fiscal. Acesso à Informação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos municípios integrantes do COREDE SG	16
Figura 2 - Princípios constitucionais do direito administrativo	24
Figura 3 – Instrumentos de planejamento financeiro público	25
Figura 4 - Gráfico publicação relatório resumido execução orçamentária 2016.....	41
Figura 5 - Gráfico publicação relatório gestão fiscal 2016.....	41
Figura 6 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis lei 4.320/64 2016	42
Figura 7 - Gráfico publicação demonstrações contábeis nbc tsp 16.6 (r1) 2016.....	43
Figura 8 - Gráfico publicação instrumentos planejamento financeiro constituição federal 1988 2016	43
Figura 9 - Gráfico publicação relatório resumido execução orçamentária 2017.....	44
Figura 10 - Gráfico publicação relatório gestão fiscal 2017.....	45
Figura 11 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis lei 4.320/64 2017	45
Figura 12 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis nbc tsp 16.6 (r1) 2017.....	46
Figura 13 - Gráfico publicação instrumentos planejamento financeiro constituição federal 1988 2017	47
Figura 14 - Gráfico publicação relatório resumido execução orçamentária 2018.....	48
Figura 15 - Gráfico publicação relatório gestão fiscal 2018.....	49
Figura 16 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis lei 4.320/64 2018	50
Figura 17 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis nbc tsp 16.6 (r1) 2018.....	51
Figura 18 - Gráfico publicação instrumentos planejamento financeiro constituição federal 1988 2018	51
Figura 19 - Gráfico total de publicações por município - 2016	52
Figura 20 - Gráfico total de publicações por município - 2017	53
Figura 21 - Gráfico total de publicações por município	54
Figura 22 - Gráfico média de publicações - <i>ranking</i>	55
Figura 23 – Classificação do nível de publicidade dos municípios COREDE SG	58

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios integrantes do corede serra gaúcha - ordem decrescente populacional	17
Quadro 2 - Comparação normas técnicas do setor público	28
Quadro 3 - Legenda e critério para classificação dos níveis de publicação dos demonstrativos e relatórios	39
Quadro 4 - Classificação dos conceitos aplicados as médias de publicações dos municípios	39

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	artigo
Ms.	mestre
n.	número
nº.	número
p.	página
prof.	professor
v.	volume
vol.	Volume

LISTA DE SIGLAS

AMF	Anexo de Metas Fiscais
ARF	Anexo de Riscos Fiscais
ART	Artigo
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFB	Constituição Federal Brasileira
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso a Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NE	Notas Explicativas
OCDE	Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SG	Serra Gaúcha
STN	Secretária do Tesouro Nacional
TSP	Técnica Setor Público

LISTA DE SÍMBOLOS

- § párrafo
- ° marcador ordinal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	15
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	19
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	19
1.4	OBJETIVOS	20
1.4.1	Objetivo geral	20
1.4.2	Objetivos específicos	20
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA	22
2.2	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	22
2.3	RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DE PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA	26
2.3.1	Lei 4.320/1964	26
2.3.2	NBC TSP 16.6 (R1) e NBC TSP 11	27
2.3.3	Lei de Responsabilidade Fiscal	29
2.4	PRESTAÇÃO DE CONTAS	34
2.5	PUBLICIDADE, ACESSO A INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	35
3	METODOLOGIA	37
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	37
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	38
4	ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS COREDE SERRA GAÚCHA	40
4.1	PUBLICAÇÕES DOS DEMONSTRATIVOS E RELATÓRIOS DE 2016	40
4.2	PUBLICAÇÕES DOS DEMONSTRATIVOS E RELATÓRIOS DE 2017	44
4.3	PUBLICAÇÕES DOS DEMONSTRATIVOS E RELATÓRIOS DE 2018	47
4.4	TOTAL DE PUBLICAÇÕES POR ANO	52
5	CONCLUSÃO	56

REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE A – CHECKLIST	71
APÊNDICE B – CHECKLIST ANTONIO PRADO	72
APÊNDICE C – CHECKLIST BENTO GONÇALVES.....	73
APÊNDICE D – CHECKLIST BOA VISTA DO SUL.....	74
APÊNDICE E - CHECKLIST CARLOS BARBOSA.....	75
APÊNDICE F - CHECKLIST CAXIAS DO SUL.....	76
APÊNDICE G - CHECKLIST CORONEL PILAR.....	77
APÊNDICE H - CHECKLIST COTIPORÃ.....	78
APÊNDICE I - CHECKLIST FAGUNDES VARELA	79
APÊNDICE J - CHECKLIST FARROUPILHA	80
APÊNDICE K - CHECKLIST FLORES DA CUNHA	81
APÊNDICE L - CHECKLIST GARIBALDI	82
APÊNDICE M - CHECKLIST GUABIJU	83
APÊNDICE N - CHECKLIST.....	84
APÊNDICE O - CHECKLIST MONTAURI	85
APÊNDICE P - CHECKLIST MONTE BELO DO SUL	86

APÊNDICE Q - CHECKLIST NOVA ARAÇÁ	87
APÊNDICE R - CHECKLIST NOVA BASSANO	88
APÊNDICE S - CHECKLIST NOVA PÁDUA.....	89
APÊNDICE T - CHECKLIST NOVA PRATA	90
APÊNDICE U - CHECKLIST NOVA ROMA DO SUL.....	91
APÊNDICE V - CHECKLIST PARAI.....	92
APÊNDICE W - CHECKLIST PINTO BANDEIRA	93
APÊNDICE X - CHECKLIST PROTÁSIO ALVES	94
APÊNDICE Y - CHECKLIST SANTA TEREZA	95
APÊNDICE Z - CHECKLIST SÃO JORGE.....	96
APÊNDICE AA - CHECKLIST SÃO MARCOS	97
APÊNDICE BB - CHECKLIST SÃO VALENTIM DO SUL.....	98
APÊNDICE CC - CHECKLIST SERAFINA CORRÊA	99
APÊNDICE DD - CHECKLIST UNIÃO DA SERRA.....	100
APÊNDICE EE - CHECKLIST VERANÓPOLIS	101
APÊNDICE FF - CHECKLIST VILA FLORES	102
APÊNDICE GG - CHECKLIST VISTA ALEGRE DO PRATA.....	103

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A sociedade vem ao longo dos anos evoluindo e se adaptando, surgindo novos costumes, conceitos, ideias, ideologias, em detrimento de anteriores, as vezes melhores ou piores, estas necessidades evolutivas se originam a partir da cultura e avanço tecnológico. É perceptível a modernização cada vez mais rápida nos processos de informação, deixando o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, tanto na área privada quanto pública.

A sociedade exige melhorias nos serviços públicos, com maior transparência e eficiência na aplicação de tais recursos públicos, ou seja, a população está gradativamente se inteirando de seus direitos e deveres, onde questiona seus governantes quanto aos resultados dos trabalhos realizados, tais como, informações de recursos aplicados na saúde, segurança, educação, desenvolvimento econômico, políticas públicas e etc.

Com foco em atender tais necessidades da população, o ente público é regido por leis, decretos e normas com o propósito de possuir um maior controle dos recursos públicos, coibindo as fraudes, corrupções e gastos demasiados para uma melhor e eficiente aplicação dos recursos públicos arrecadados.

Em contrapartida vem a contabilidade fornecendo as informações de tais recursos públicos para a população e ao mesmo tempo complementando e atendendo ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988, onde normatiza que a administração e todos os entes públicos estão submetidos aos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e moralidade.

A contabilidade é uma ciência antiga, e seu desenvolvimento está relacionado ao desenvolvimento econômico financeiro da sociedade, tem como objetivo registrar e fornecer informações para a gestão das entidades (MALACRIDA, 2011).

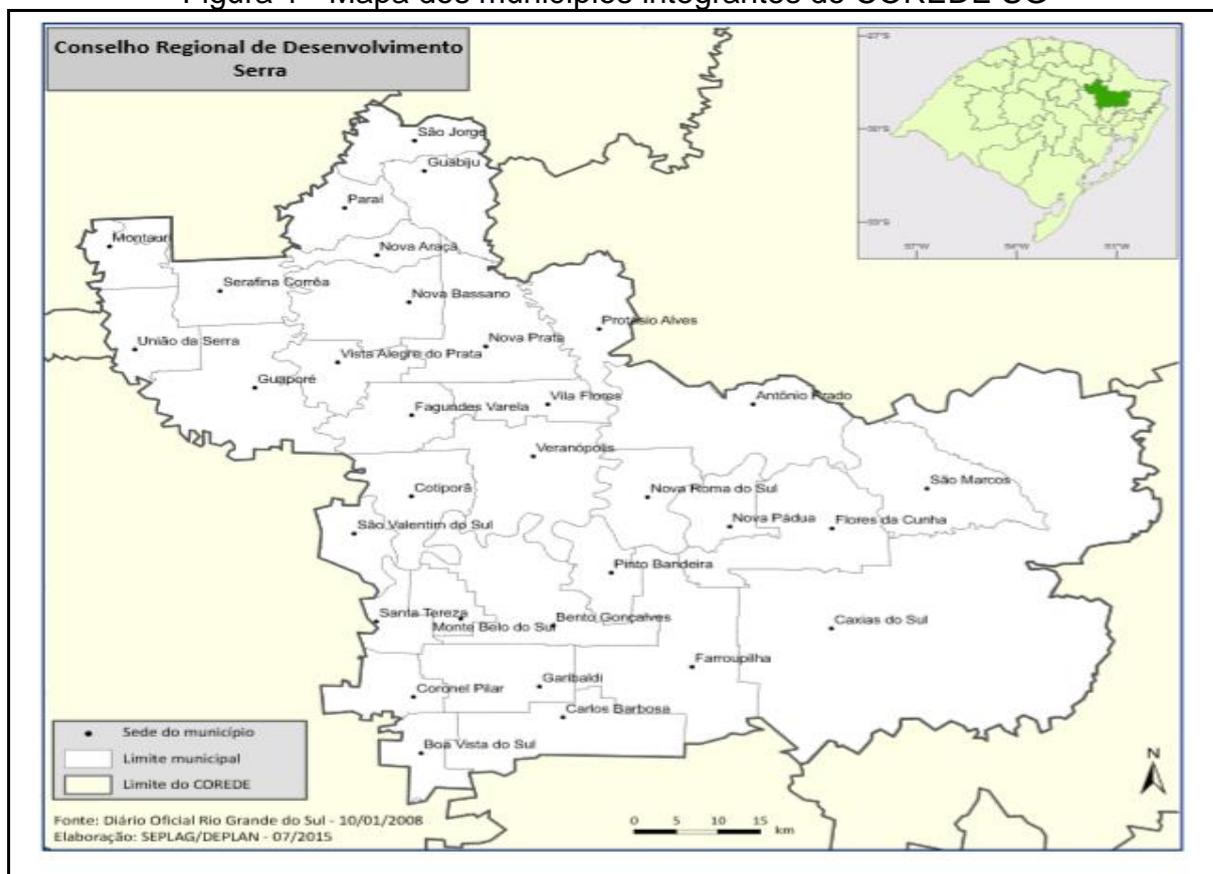
Segundo Slomski (2001) a contabilidade pública é um ramo da contabilidade geral, sendo seu campo de atuação a pessoa jurídica do direito público interno, sendo eles, os Estados, os Municípios, a União e o Distrito Federal. Seu propósito é demonstrar perante a fazenda pública, como os entes arrecadam receitas, efetuam despesas, administram ou guardam bens a elas confiados.

A contabilidade pública brasileira é pautada pelo enfoque legal, ou seja, é realizada de forma a seguir apenas o que está instituída expressamente na forma de leis, sendo assim, irá seguir o que a lei normatizar, não aderindo a outras formas de controle que não estejam expressas diretamente na forma legal como obrigatoriedade.

Portanto, atendendo ao princípio da publicidade a qual os municípios estão submetidos o presente estudo tem como foco as prefeituras integrantes do COREDE (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), que são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações públicas que possibilitam o desenvolvimento das regiões do Estado do Rio Grande Sul, criado através da Lei 10.283/94 atendendo ao disposto no artigo 82 inciso IV da Constituição do Estado.

O Estado do Rio Grande do Sul está dividido 28 regiões. Cada região possui o seu COREDE que é responsável pela promoção e desenvolvimento da região. Esta pesquisa irá ater-se ao COREDE Serra Gaúcha (SG), onde é composto por 32 municípios, conforme demonstrado no mapa da figura 1.

Figura 1 - Mapa dos municípios integrantes do COREDE SG



Fonte: Retirado do site Atlas socioeconômico, 2018.

Portanto, é de responsabilidade aos COREDES a promoção e o desenvolvimento do IDH de cada região, visando melhorar as eficiências nas aplicações de recursos públicos, sendo assim, a melhora na qualidade de vida da população e a distribuição justa da riqueza produzida, assim como, incentivando a permanência das pessoas em suas regiões e a recuperação do meio ambiente (ATLAS SOCIOECONOMICO, 2018).

No quadro 01 estão listados os 32 municípios integrantes do COREDE Serra Gaúcha, classificados de forma decrescente através do número de habitantes, conforme último censo do IBGE de 2010.

Quadro 1 - Municípios integrantes do corede serra gaúcha - ordem decrescente populacional

(continua)

Cidade	População	Último Censo
Caxias do Sul	435.564	2010
Bento Gonçalves	107.278	2010
Farroupilha	63.635	2010
Garibaldi	30.689	2010
Flores da Cunha	27.126	2010
Carlos Barbosa	25.192	2010
Nova Prata	22.830	2010
Guaporé	22.814	2010
Veranópolis	22.810	2010
São Marcos	20.103	2010
Serafina Correia	14.253	2010
Antonio Prado	12.833	2010
Nova Bassano	8.840	2010
Parai	6.812	2010
Nova Araçá	4.001	2010
Cotiporã	3.917	2010
Nova Roma do Sul	3.343	2010
Vila Flores	3.207	2010
Pinto Bandeira	2.868	2010
Boa Vista do Sul	2.776	2010
São Jorge	2.774	2010
Monte Belo do Sul	2.670	2010
Fagundes Varela	2.579	2010
Nova Pádua	2.450	2010
São Valentim do Sul	2.168	2010
Protásio Alves	2.000	2010
Coronel Pilar	1.725	2010
Santa Tereza	1.720	2010

(conclusão)

Guabiju	1.598	2010
Vista Alegre do Prata	1.569	2010
Montauri	1.542	2010
União da Serra	1.487	2010

Fonte: Elaborado pelo próprio autor em consulta ao site do IBGE em 2018 e ao sítio eletrônico do município de Pinto Bandeira em 2018.

Os municípios no quadro 1 são regulamentados pela Lei 4.320/64, onde normatiza regras de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 1964, art. 1). Esta Lei determina que as administrações públicas destes entes, elaborem balanços e outros demonstrativos contábeis para sua gestão e controle.

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, introduzida na sociedade brasileira no ano de 2000 tem como primórdio controlar as contas públicas e trazer uma maior transparência, assim como, responsabilizar o administrador público pelos seus atos, perante os recursos públicos, ou seja, estabelecendo normas de finanças públicas, voltadas para a gestão fiscal (BRASIL, 2000). A referida Lei também tem como foco a obrigatoriedade de publicação, por parte de todos os entes públicos, do Relatório Resumido de execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Em 2009 entrou em vigor a Lei Complementar 131, mais conhecida como Lei da Transparência. Ela instituiu que as administrações de todos os entes públicos publicassem informações sobre a execução orçamentária e financeira para a sociedade, em sítios eletrônicos (BRASIL, 2009,131).

Assim sendo, para garantir o direito constitucional emanado do inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, que denota que todos têm o direito de receber informações dos órgãos públicos, entrou em vigor em maio de 2012 a Lei 12.527/11, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação. Esta Lei criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa física ou jurídica, ter o direito de receber informações públicas dos órgãos e entidades, sem apresentar motivo, salvo as peculiaridades da Lei (BRASIL, 2011,12.527).

Portanto, as informações produzidas ou sob guarda do poder público, devem estar disponíveis a todos os cidadãos que manifestem interesse em conhecê-las, acompanhá-las ou fiscalizá-las, pois estes têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal Brasileira, como também pela referida Lei de Acesso à Informação (LAI).

Cabe ressaltar que a LAI tem abrangência em todos os órgãos e entidades

da administração pública direta e indireta. Todos os órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, bem como, todos os poderes, executivo, legislativo e judiciário, da mesma maneira que toda administração pública direta e indireta, como, órgãos públicos, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal, tal como entidades sem fins lucrativos, aquelas em que receberam ou recebem recursos públicos (GOVERNO FEDERAL, 2011).

Observando a Constituição Federal Brasileira, a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a NBC TSP 16.6 (R1) (válida até 31/12/2018), revogada a partir de 1º de Janeiro de 2019 pela NBC TSP 11, em consonância com a Lei da Transparência e a Lei de acesso à Informação, a pesquisa tem como foco os municípios do COREDE Serra Gaúcha, onde verificará se os mesmos publicaram em sítios eletrônicos seus demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais em face a atender as normatizações impostas pelas referidas leis e normas nos períodos de 2016 a 2018.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

O presente estudo vem apresentar a questão de pesquisa como sendo: Os municípios que integram o COREDE Serra Gaúcha publicaram nos sítios eletrônicos os demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais exigidos pela Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei 4.320/64 e NBC TSP 16.6 (R1) alusivo aos exercícios financeiros de 2016 a 2018?

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

P1 – Estima-se que aproximadamente 70% dos municípios estão em desconformidade com as publicações exigidas pelas bases legais.

P2 – Estima-se que aproximadamente 30% dos municípios estão em conformidade com as publicações exigidas pelas bases legais.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Verificar nos sítios eletrônicos se os municípios integrantes do COREDE Serra Gaúcha estão publicando seus demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais, conforme é determinado pela Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e NBC TSP 6.6 (R1), durante os períodos de 2016 a 2018.

1.4.2 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre o que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 4.320/64, Constituição Federal, NBC TSP 16.6 (R1) exigem que se elaborem e publiquem-se;
- Executar um levantamento bibliográfico do que é transparência e publicidade, assim como, observando os princípios constitucionais;
- Elaborar um *Checklist* para demonstrar se os municípios que compõe o COREDE Serra Gaúcha estão publicando seus demonstrativos;
- Verificar na internet se os municípios publicaram seus demonstrativos com vistas a preencher o *checklist*;
- Elaborar um *Ranking* dos municípios COREDE SG com maior média de publicação de demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

A elaboração desse trabalho tem como cunho demonstrar se municípios integrantes do COREDE Serra Gaúcha estão publicando seus demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais conforme é previsto pelas legislações, sendo elas Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 4.320/64, Lei de Acesso à Informação, Constituição Federal e Lei da Transparência, afim de prestar um serviço de qualidade a sociedade, onde os entes publicaram, como eles administraram e geriram os recursos públicos.

Sendo assim, no primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, bem como a delimitação do tema, a questão de pesquisa, o objetivo geral e específicos, assim como, a justificativa da pesquisa e suas preposições.

Já no segundo capítulo é apresentado o referencial teórico, expondo os conceitos de publicidade e transparência, tal como, a fundamentação de base legal, evidenciando os demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais a qual os entes municipais têm obrigatoriedade de publicar, da mesma forma que a prestação de contas, a publicidade e a transparência.

No capítulo três está descrito a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento do estudo, onde serão evidenciados os diferentes aspectos metodológicos aplicados, tal como, os métodos de coletas e análise de dados.

No quarto capítulo está estruturado os dados coletados, de forma organizada e analisada, assim como, o ranqueamento dos municípios por média de maior número de publicações.

E por fim, no quinto capítulo está evidenciado as conclusões que o presente estudo possibilitou averiguar através dos dados obtidos da pesquisa obedecendo as formas legais a que os municípios estão submetidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Para Bobbio, (1997) a publicidade é o centro da democracia porque república não é apenas o sentido da própria palavra, pois ela exige que seja exposta ao público. Já para Motta (2008), a publicidade é um direito fundamental do cidadão, pois ele tem o direito de conhecer, opinar e cobrar de seus representantes públicos. Portanto, a publicidade é a chave para uma república democrática, pois é o meio da população ter acesso à informação e participar da sociedade, configurando uma sociedade democrática.

Segundo a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2018), a transparência é uma condição primordial para as relações entre governo e cidadãos, condição esta que pode ser concebida através da informação confiável, objetiva, completa, de fácil acesso e compreensão. Já para Barbosa (2002), a transparência pode ser conceituada da seguinte maneira: “Condição de abertura total dos canais de comunicação de uma organização para o público sem qualquer cerceamento de informações”. Portanto a transparência é a exteriorização da informação de forma compreensível, confiável e de fácil acesso através dos canais de informação entre a administração pública e a sociedade.

Assim, a publicidade e transparência, também denominados atos administrativos, devem ser públicos e transparentes – públicos pois devem ser levados os conhecimentos aos interessados por meio de instrumentos legais; transparentes porque devem permitir visualizar todos os elementos de sua composição, inclusive motivo e finalidade, para efeito de controle (MOTTA, 2008).

2.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz em seu artigo 37 os princípios administrativos, sendo eles: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência que toda a administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes, deverá obedecer. Segundo Nery e Junior (2013) não são apenas preceitos normativos de previsão de atitudes concretas que os iguala a outra norma positiva, e

sim, elementos que formam o corpo de estatuto de liberdade e de libertação que podem variar no tempo e espaço.

O princípio da Legalidade institui submissão da administração pública à Constituição e às Leis, tanto de forma positiva quanto negativa. Na forma positiva a administração deve agir de acordo com as leis, enquanto na forma negativa é vedado a administração praticar atos que vão contra as leis (NERY e JUNIOR, 2013).

Segundo Meirelles (2014) o princípio da legalidade nada mais é do que o administrador público executar atos os quais estão instituídos na forma da lei, ou seja, praticar o que a leis normatizam, diferentemente do administrador particular que pode praticar atos que as Leis não proibam.

Nery e Junior (2013) trazem o princípio da Impessoalidade como sendo a neutralidade da atividade administrativa, fixando como única diretriz política válida o interesse público.

Assim como Nery e Junior (2013) Meirelles (2014) também traz que o princípio da Impessoalidade é o mesmo que o conceito de finalidade, tendo como fim o interesse público, onde o administrador público é vedado de buscar seus próprios interesses ou interesses de terceiros.

O princípio da Moralidade “é conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração”, onde o administrador público deve saber separar o certo do errado, o bem do mal, o honesto do desonesto, sendo que ele não deverá apenas obedecer apenas à Lei jurídica, mas também a Lei ética da instituição (MEIRELLES, 2014).

A moralidade se constitui no dever do agente administrativo de agir de forma honesta, legal, sem tirar vantagens de seu cargo para si ou outrem e sem favorecer ou prejudicar outros (NERY e JUNIOR, 2013).

Já o princípio da Publicidade é o dever da administração de agir de forma transparente, onde os atos dos servidores públicos devem ser publicados para que todos possam acompanhar as atividades do poder público, onde a publicidade é requisito de validade e de eficácia do ato administrativo (NERY e JUNIOR, 2013).

Para confirmar os conceitos introduzidos por Nery e Junior, Meirelles (2014) também traz que publicidade é a divulgação oficial do ato para o conhecimento público, assim como, a publicidade é requisito de validade e de eficácia do ato administrativo.

O princípio da Eficiência são as atividades do poder público praticadas com eficácia, alcançando os objetivos com o menor dispêndio de tempo e recursos (NERY e JUNIOR, 2013).

Meirelles (2014) traz que o princípio da Eficiência é o mais moderno princípio da função administrativa o qual exige que as atividades administrativas sejam exercidas com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Conforme o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal Brasileira, os princípios administrativos devem ser seguidos por toda administração pública direta e indireta de qualquer um dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como afirmam Nery e Junior (2013) e Meirelles (2014).

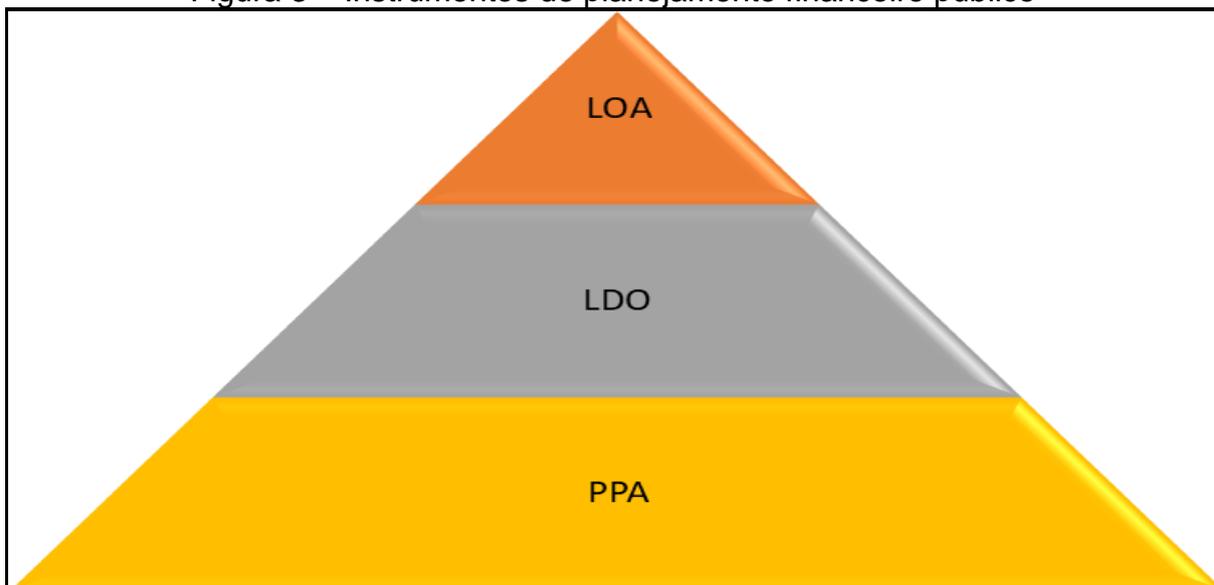
Figura 2 - Princípios constitucionais do direito administrativo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Nery e Junior (2013) e Meirelles (2014).

Observando os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo, destacados na ilustração da figura 2, a Carta Magna traz em seu artigo 165 instrumentos de planejamento financeiro dos entes públicos, sendo eles: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA), conforme demonstrado no esquema da figura 3 da página seguinte.

Figura 3 – Instrumentos de planejamento financeiro público



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base em Slomiski (2001).

Segundo Slomiski (2001) estes instrumentos formam o orçamento público que estabelece políticas públicas ao exercício que se referir, onde será prevista a receita e fixada a despesa.

O artigo 165 § 1º traz que o plano plurianual determina de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Será elaborada no primeiro ano do mandato do Executivo e terá vigência de quatro anos (SLOMISKI, 2001).

Já em seu § 2º do artigo 165, a CFB evidência a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreendendo as metas e prioridades da administração pública federal, acrescentado as despesas de capital para o exercício subsequente, assim como, orientará a elaboração da LOA, dispondo sobre as mudanças na legislação tributária e determinará a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A Lei Orçamentária Anual, explícita no § 5º da CF, compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento de seguridade social.

Conforme inciso I § 5º do referido art. 165, o orçamento fiscal refere-se aos poderes da União, seus fundos, órgão e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

O inciso II § 5º do citado artigo trata o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E o inciso III § 5º deste mesmo artigo, delibera o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, tal como os fundos e fundações instituídos pelo poder público.

Conforme o MCASP 8ª edição instituído pelas portarias nsº 06, 07 e 877 de 18 de dezembro de 2018 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), deve-se observar os princípios orçamentários, pois visam estabelecer diretrizes básicas, com objetivo de maior racionalização, eficiência e transparência para a elaboração, execução e planejamento dos orçamentos.

De acordo com a STN o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2018) visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, assim como, resgatar o objeto da contabilidade como ciência, eis que é o patrimônio (STN, acessado 03/11).

2.3 RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DE PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA

2.3.1 Lei 4.320/1964

A lei 4.320/64 institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 1964). Portanto é uma norma de regramento contábil e orçamentário voltada para todas as entidades da administração pública (NETO e MAFRA, 2015).

Conforme o artigo 101 da lei 4.320/64 os resultados dos exercícios serão demonstrados nos seguintes demonstrativos: Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais. A lei também estabelece outros demonstrativos contábeis, além destes citados (BRASIL, 1964, art. 101).

Conforme o artigo 102 da referida Lei de 1964, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas confrontando com as receitas e despesas realizadas. E o Balanço Financeiro evidenciará “a receita e a despesa

orçamentária bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugadas com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transformem para o exercício seguinte” (BRASIL, 1964, art. 103).

O Balanço Patrimonial tem como objetivo evidenciar qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial pública (MCASP, 2018). A Lei 4.320/64 dispõe que a estrutura do Balanço Patrimonial é ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo financeiro permanente, saldo patrimonial e as contas de compensação em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária. No entanto a portaria nº 438 de 2012 do STN alterou esta estrutura, em detrimento do surgimento dos novos padrões da contabilidade.

Agora o Balanço Patrimonial passa a ser estruturado da seguinte maneira: quadro principal, quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, quadro das contas de compensação (controle) e quadro do superávit ou déficit financeiro (STN, 2012).

E por fim, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (BRASIL, 1964, art. 104).

2.3.2 NBC TSP 16.6 (R1) e NBC TSP 11

A NBC TSP 16.6 (R1) regulamenta os demonstrativos contábeis que devem ser elaborados e divulgados pelo setor público. Cabe ressaltar que esta norma tem vigência até 31/12/2018 a qual passou a ser revogada pela NBC TSP 11 a partir de 01 de janeiro de 2019, onde passou a ser obrigatório a elaboração e publicação do BP, BO, DFC, DMPL, Notas Explicativas e DRE, no entanto, por a pesquisa ter como centro os anos de 2016 a 2018 não irá valer-se da nova norma.

O Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais, além de estarem expressas na NBC TSP 16.6 (R1) também estão contempladas na Lei 4.320 de 1964, mais precisamente nos artigos 101 ao 105.

Para uma melhor compreensão, pode-se verificar no quadro 2 as demonstrações contábeis obrigatórias de publicação entre as normas NBC TSP 16.6 (R1) e NBC TSP 11.

Quadro 2 - Comparação normas técnicas do setor público

NBC TSP 16.6 (R1) – válida até 31/12/2018	NBC TSP 11 – válida a partir de 01/01/2019
<ul style="list-style-type: none"> a. Balanço Patrimonial b. Balanço Orçamentário c. Balanço Financeiro d. Demonstração das Variações Patrimoniais e. Demonstração dos Fluxos de Caixa f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido g. Notas Explicativas 	<ul style="list-style-type: none"> a. Balanço Patrimonial b. Balanço Orçamentário c. Demonstração do Resultado d. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e. Demonstração dos Fluxos de Caixa f. Notas Explicativas

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, em consulta NBC TSP 16.6 (R1) e NBC TSP 11, em 20/03/2019.

Apesar da NBC TSP 16.6 (R1) ter sido revogada pela NBC TSP 11, o MCAPS (2018) traz como obrigatoriedade de elaboração e publicação os demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1), ou seja, os demonstrativos regulamentados por ele não estão atualizados com a nova norma NBC TSP 11.

Balanço Patrimonial (BP) – deve ser estruturado em ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e patrimônio líquido, com objetivo de evidenciar qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial pública (item 12 ao 19 NBC TSP 16.6 (R1)).

Balanço Orçamentário (BO) – evidenciará as receitas e despesas orçamentárias de forma detalhada, a fim de uma análise nivelada, possibilitando a verificação do orçamento inicial com a execução orçamentária, demonstrando o resultado, ou seja, evidenciará a sinergia entre o planejado e o executado (item 20 e 22, NBC TSP 16.6 (R1)).

Balanço Financeiro (BF) – irá demonstrar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início dos exercícios seguinte (item 23, NBC TSP 16.6 (R1)).

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – tem como objetivo demonstrar as variações verificadas no patrimônio, assim como, o resultado patrimonial do exercício (item 25, NBC TSP 16.6 (R1)).

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) – indica quais foram as entradas e saídas do caixa, possibilitando uma análise de eventuais mudanças perante a capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços, assim como, projetar cenários futuros para uma melhor análise (item 30, NBC TSP 16.6 (R1)).

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – irá demonstrar a movimentação em cada componente do patrimônio Líquido, deve ser elaborada por empresas estatais e pelos entes que a incorporem o processo de consolidação das contas (item 38A e 38B, NBC TSP 16.6 (R1)).

Demonstração do Resultado – demonstrativo que descreve a operação da entidade, ou seja, reconhecendo-se todas as receitas e despesas dentro do período contábil através do regime de competência (item 99 e 100, introduzidos pela NBC TSP 11).

Notas Explicativas – são parte integrante das demonstrações, na qual vão conter informações relevantes, complementares ou suplementares as demonstrações. Nelas, contém critérios utilizados nas demonstrações, informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, social e de desempenho e outros eventos não suportados nas demonstrações (itens 39 ao 41, NBC TSP 16.6 (R1)).

A NBC TSP 11, em seu item 15 traz que as demonstrações contábeis deverão representar a situação patrimonial, financeira e de desempenho da entidade. Também discorre que os demonstrativos contábeis do setor público têm como escopo produzir informações úteis a fim de propiciar a tomada de decisão e a prestação de contas, tal como, a responsabilização (*accountability*) do órgão público alusivos aos recursos públicos sob sua guarda.

2.3.3 Lei de Responsabilidade Fiscal

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Esta responsabilidade pode ser interpretada como o agir de forma responsável na arrecadação das receitas e realização das despesas, impondo-se

um novo padrão de conduta aos gestores com o intuito de prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar as contas públicas (NÓBREGA e FIGUEIRÊDO, 2007).

A referida Lei normatizou que todos os entes federativos quanto todas as esferas de poder estão submetidas a Ela. Segundo Nóbrega e Figueirêdo (2007) a Lei busca recuperar o verdadeiro significado das peças orçamentárias.

Como já citado anteriormente a CFB em seu artigo 165 estabeleceu três instrumentos financeiros de planejamento orçamentário: PPA, LDO e LOA. A LRF tem um amplo destaque na LDO tratada no artigo 4º, onde ainda deverá ser integrado dois anexos, o de metas fiscais e o de riscos fiscais, conforme tratado nos §§ 2º e 3º, tal como, a LOA alusivo ao artigo 5ª da LRF.

Conforme o § 1º do art. 4º irá compor a LDO o anexo de metas fiscais (AMF), onde serão definidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

O anexo ainda conterà avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior (BRASIL, 2000, art. 4º, § 2º, inciso I) e demonstrativo das metas anuais, acompanhado com a memória e metodologia do cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos últimos três exercícios, e demonstrando a compatibilidade delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional (BRASIL, 2000, art. 4º, § 2º, inciso II).

Também fará parte do anexo, a evolução do PL dos últimos três exercícios, destacando a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, assim como, avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes da previdência social geral e próprio dos servidores públicos e do fundo de ampara ao trabalhador, tal como demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial (BRASIL, 2000, art. 4, § 2º, incisos III e IV, alíneas a e b).

Da mesma forma, fazendo parte do AMF o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receitas e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuada (art. 4º, § 2º, inciso V).

O Anexo de Riscos Fiscais (ARF) também irá compor a LDO, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem (BRASIL, 2000, art. 2º, § 3º).

Conforme o artigo 5º da LRF a LOA deverá vir acompanhada de demonstrativos da compatibilidade da programação dos orçamentos, com os objetivos e metas constantes do AMF, da mesma maneira que o artigo 165 da CF, § 6º dispõe que o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, farão parte da LOA (BRASIL, 1988) tal e qual medidas de compensação alusivo a renúncias de receitas e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado (BRASIL, 2000, art. 5º, inciso II) estarão presentes na LOA.

A LOA deverá possuir uma reserva de contingência e quem estabelecerá sua forma de uso, como também seu montante, é a LDO, sendo definido com base na RCL (NÓBREGA E FIGUEIRÊDO, 2007).

Deverá estar demonstrada de forma separada o refinanciamento da dívida pública na LOA, tal como, não irá poder superar a variação dos índices de preços previstos na LDO e a atualização monetária do principal da dívida mobiliária (BRASIL, 2000, art. 5º, §§ 2º e 3º).

No tocante a execução orçamentária a LRF busca equilibrar os créditos orçamentários com a receita de fato arrecada, buscando evitar realização de despesa sem fundamento financeiro (NÓBREGA e FIGUEIRÊDO, 2007).

Passando-se 30 dias da publicação dos orçamentos, o Poder Executivo vai determinar um cronograma de execução mensal de desembolso e uma programação financeira (NÓBREGA e FIGUEIRÊDO, 2007).

A LRF traz em seu texto mecanismo para limitação de empenho e movimentação financeira, em que é restringida a realização de algumas despesas em detrimento da receita não se portar conforme o previsto (BRASIL, 2000). Esta limitação será observada ao final de um bimestre, onde a arrecadação de receita não condiz com as metas de resultado primário ou nominal, determinadas no AMF ou enquanto durar o excesso, em relação aos limites da dívida consolidada alusivo a um organismo da Federação (BRASIL, art. 9º e art. 31º, § 1º).

Vale ressaltar que a receita de capital que é derivada de alienação de direitos e bens ao qual formam o patrimônio público não podem ser utilizados para a realização de despesas correntes (NÓBREGA e FIGUEIRÊDO, 2007).

Em conformidade com os artigos 5º, § 5º e artigo 45 da LRF em consonância com o artigo 167 da Carta Magna, estão explícitos algumas condições a qual

poderão ocorrer a inclusão de novos projetos nas leis orçamentárias e nas leis de créditos adicionais, que são: as despesas de conservação do patrimônio público devem estar em dia, assim como os projetos em atendidos dentro das conformidades e nenhum investimento com duração superior a um exercício financeiro poderá ser acrescido, se não estiver previsto no PPA ou em lei que detenha autorização.

A LRF determina que o Poder Executivo deverá demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em uma audiência pública na comissão mista do Congresso Nacional, conforme é determinado também no § 1º do artigo 166 da CF de 1988. As audiências serão feitas até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.

Em conformidade com o artigo 48, como já citado, a LRF determina ampla publicação dos planos, dos orçamentos, das leis de diretrizes orçamentárias, das prestações de contas e o respectivo parecer prévio, assim como, normatiza mais dois documentos que deverão passar a ser publicados, sendo eles: o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), da mesma maneira que versões simplificadas destes documentos (BRASIL, 2000).

Pode-se observar que a Constituição Federal em seu artigo 165 § 3º já obriga o Poder Executivo a publicar a cada bimestre o RREO, a complementação introduzida pela LRF é a extensão da obrigatoriedade de publicação aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

O RREO alusivo ao artigo 52 da LRF deve ser composto pelo balanço orçamentário e demonstrativo da execução (BRASIL, 2000). O balanço orçamentário deve especificar as receitas por fonte e despesas por grupo de natureza. Nas despesas por grupo de fonte deverá estar discriminado a dotação para o exercício e a despesa liquidada, tal como, as receitas por fonte deverão estar classificadas em receitas realizadas, a realizar e previsão atualizada (BRASIL, 2000, art. 52, inciso I, alínea a e b).

Já o demonstrativo de execução é formado por três grandes grupos, sendo eles: 1) Receitas, por categoria econômica e fonte classificadas em previsão inicial, previsão atualizada, receita no bimestre, receita realizada no exercício e previsão a realizar; 2) Despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, classificados em dotação inicial, dotação para o exercício e despesas empenhadas e

liquidadas no bimestre e exercício; 3) Despesas, por função e subfunção (BRASIL, 2000, art. 52, inciso II, alíneas a, b e c).

O RREO deverá ser publicado trinta dias após o encerramento de cada bimestre e deverá ainda ser acompanhado dos demonstrativos de apuração da RCL, sua evolução e previsão de desempenho até o final do exercício, receitas e despesas previdenciárias, resultados primários e nominal e despesas com juros, assim como, também, o demonstrativo de restos a pagar especificado por órgão e poder (BRASIL, 2000, art. 53).

Cabe ressaltar que em seu § 1º, artigo 53 da referida Lei, nos incisos II e III, também acompanharão o RREO os demonstrativos pertinentes a projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e dos servidores públicos, assim como, demonstrativo da variação patrimonial, onde deverá estar destacada a alienação de ativos e sua aplicação de recursos decorrentes da mesma (BRASIL, 2000).

E por fim, o RREO terá de evidenciar causa quando houver limitação de empenho, da mesma maneira que frustração de receitas e quando concernente deverá demonstrar quais medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal foram adotadas (NÓBREGA e FIGUEIRÊDO, 2007). Alguns demonstrativos que compõe o citado relatório, poderão ser publicados semestralmente, mas esta peculiaridade depende do número de habitantes de cada município (BRASIL, 2000).

O RGF é formado por um grupo de demonstrativos no qual deverão estar comparando o realizado com o já determinado em lei. Os comparativos são alusivos a despesa total com pessoal, sendo que deve estar separada a despesa com inativos de pensionista, as dívidas consolidadas e mobiliárias, as concessões de garantias, as operações de crédito, assim como, receita por antecipação (BRASIL, 2000, art. 55, inciso I).

Conforme os incisos II e III do artigo 55 da concernente lei, também irá compor o RGF indicação das medidas corretivas adotadas ou que vir a adotar, caso ultrapassado quaisquer dos limites estabelecidos na forma da lei, tal como, demonstrativos do último quadrimestre do montante das disponibilidades de caixa em trinta e trinta e um de dezembro e a inscrição em restos a pagar de forma detalhada (BRASIL, 2000).

Este relatório será emitido ao final de cada quadrimestre por titulares dos poderes e órgãos, e assinado pelo chefe do poder executivo, pelo presidente e demais membro da Mesa Diretora ou órgão equivalente do legislativo, pelo

presidente de tribunal e demais membros que integram o conselho de administração ou órgão equivalente do poder judiciário, pelo chefe do ministério público, da união e dos estados, conforme é referenciado no artigo 54 da LRF.

O RREO e o RGF serão elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo Conselho de Gestão Fiscal. Este conselho ainda está em projeto de lei 8.325/17 tramitando na câmara de deputados.

2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

A carta Magna Brasileira traz em seu artigo 70 parágrafo único que irá prestar contas “qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

A prestação de contas, alusiva ao artigo 58 da LRF tem como objetivo demonstrar o desempenho de arrecadação versus à previsão, frisando as medidas que foram tomadas referente a fiscalização das receitas assim como o combate à sonegação da mesma, bem como as condutas para a recuperação de créditos nas instâncias judiciais e administrativas, igualmente as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições (BRASIL, 2000).

O artigo 82 da Lei 4.320/64 prevê que uma vez ao ano o Poder Executivo terá de prestar contas ao Poder Legislativo com um parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente. Quando o município não dispôr de um tribunal de contas ou órgão equivalente, a câmara de vereadores indicará peritos contadores para examinar as contas do prefeito e emitir um parecer. (BRASIL, 1964).

Segundo Cruz (2006), durante a prestação de contas, além dos aspectos definidos pela LRF, deve-se tomar muita atenção quanto a execução orçamentária, no ponto em que existe ocorrência de déficit e o percentual sobre a receita arrecada total, também, na situação financeira observando se há existência e volume de déficit financeiro, assim como, muita atenção na aplicação do percentual mínimo na área da educação e saúde.

A LRF determina que as contas prestadas pelo Poder Executivo além de constarem suas próprias, também deverá incorporar as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como, a do chefe do Ministério Público,

as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo tribunal de contas (BRASIL, 2000, art. 56)

No tocante a consolidação de contas, o Poder Executivo da União ficará responsável por esta consolidação nacional e por esfera de governo até o dia 30 de junho, assim como, pela publicação a sociedade, sendo que para cumprir tal prazo os municípios deverão encaminhar suas contas até dia 30 de abril e os estados até dia 31 de maio (BRASIL, 2000, art. 51).

Cabe ressaltar que neste mesmo artigo em seus § 1º inciso I e II e § 2º as contas do poder judiciário serão apresentadas no âmbito da União, pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores consolidando as dos respectivos tribunais; e, no âmbito dos Estados, pelo presidente dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

Os tribunais de contas têm um prazo instituído pela LRF de 60 dias para emitir um parecer prévio conclusivo sobre as contas, salvo se estiver estabelecido em leis orgânicas municipais ou nas constituições estaduais, conforme artigo 57 da referenciada lei. O § 1º do mesmo artigo, informa que para os municípios que não sejam capitais e com menos de 200 mil habitantes o prazo legal é de 180 dias (BRASIL, 2000).

2.5 PUBLICIDADE, ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

De acordo com Neto e Mafra (2015) não basta apenas elaborar os demonstrativos contábeis e de gestão fiscal, tem-se que levar as informações a sociedade, ou seja, estes resultados devem ser amplamente divulgados a população.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante em seu artigo quinto que todos têm direito a ter acesso às informações de órgãos públicos, desde interesse particular a coletivo ou geral. Estas informações serão prestadas dentro do prazo legal, sob pena de responsabilidade, observadas as ressalvas expressas na lei (BRASIL, 1988).

Como visto anteriormente, a Constituição Federal em seu artigo 37 elucida os princípios constitucionais que toda a administração pública direta ou indireta deve obedecer. Dentre os princípios, expõe-se a publicidade, essência na qual as ações

da administração pública deverão ser exteriorizadas de forma geral e com livre acesso a população, salvas as peculiaridades expressas na lei.

A fim de garantir o acesso à informação instituiu-se a lei 12.527/11 onde tem como foco regulamentar o acesso à informação previsto no inciso XXXIII artigo 5º, no inciso II § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 12.527).

Esta lei também é conhecida como LAI (lei de acesso à informação) a qual assegura a população o direito fundamental de acesso à informação em que devem ser desempenhadas junto aos princípios constitucionais (BRASIL, 12.527, art. 3º).

Em complemento a exteriorização da informação que a administração pública deve prestar a sociedade, estas devem ser publicadas em meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, como forma de fomento ao desenvolvimento da cultura, da transparência, do controle social, independente de solicitação (BRASIL, 12.527, art. 3º).

No tocante a transparência das informações prestadas pelos agentes administrativos públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal garante em seu artigo 48 instrumentos de transparência, sendo eles: os planos, os orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o relatório resumido de execução orçamentária, o relatório de gestão fiscal, assim como, versões simplistas destes documentos e a participação da sociedade em audiências públicas.

Estas informações elaboradas e publicadas com qualidade são cunho da transparência entre o ente público e a sociedade, também está garantida pela Lei de acesso à Informação, no qual sua gestão por esta publicidade deve ser de forma transparente, propiciando o amplo acesso a sua divulgação, tal como proteção destas informações para que continuem com disponibilidade e integridade a todos os usuários (BRASIL, 12.527, art. 6º, inciso I, II e III).

Em 2009 foi outorgada a Lei Complementar 131 na qual acrescenta dispositivos a Lei de Responsabilidade Fiscal, em que as informações sobre execução orçamentária e financeira devem ser prestadas aos cidadãos em tempo real via sítios eletrônicos através da adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle que atenda ao padrão de qualidade mínimo exigido pelo Poder Executivo da União.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva. Segundo Gil (2017) a pesquisa descritiva tem como objetivo estudar as características de um grupo, como o nível de atendimento de órgãos públicos a população, o nível de habitação da população, o nível de escolaridade, o índice de criminalidade, entre outros.

Já para Beuren (2013) onde cita Andrade (2002) a pesquisa descritiva tem como estopim observar os fatos, registrá-los, classificá-los e interpretá-los, sem que o pesquisador distorça tais dados, apenas expondo-os, nivelando-os, graduando-os, ou seja, interpretando e realizando análises dos dados obtidos.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo o estudo da característica de publicação e transparência do grupo de municípios que formam o COREDE Serra Gaúcha com intuito de nivelar os municípios através de um *ranking* de publicidade, sendo assim, a pesquisa é classificada como descritiva.

De acordo com Gil (2017), é extremamente importante a qualidade dos resultados de uma pesquisa e para conseguir avaliá-los é necessário saber como os dados foram obtidos, assim como, os procedimentos adotados, sua análise e interpretação. Diante desta necessidade os dados das pesquisas são classificados quanto a sua natureza, qualitativamente e quantitativamente, tal como o ambiente em que são coletados (GIL, 2017).

Beuren (2013) relata que uma pesquisa pode ter caráter bibliográfica e documental. Bibliográfica porque existe uma fundamentação teórica de todos os dados já publicados referente ao assunto. Documental pois são exteriorizados os dados através de documentos com um fim (BEUREN, 2013).

Para Gil (2017), a pesquisa com caráter documental irá usar-se documentos elaborados com finalidades variadas, enquanto a pesquisa de caráter bibliográfica enquadra-se por ser elaborados documentos, pesquisas, teses, livros, artigos, com o intuito de divulgar a um seletor público. Mas Gil deixa claro que a pesquisa pode ser ora documental ora bibliográfica, pois os documentos são trabalhados de diversas maneiras em vários contextos, podendo alternar-se.

Por isto, esta pesquisa pode ter caráter documental, pois irá ater-se aos demonstrativos publicados cada qual com sua peculiaridade, mas que ainda podem

ser lapidados e formados novas informações, assim como, de caráter bibliográfica, por ater-se a um texto legal, normatizado destinado ao público.

Quanto a abordagem esta pesquisa é classificada de forma qualitativamente pois descreve e explica os procedimentos de acordo com as legislações vigentes durante ao período de tempo estudado, da mesma forma que quantitativamente pois interpreta os dados coletados utilizando técnicas estatísticas simples com o objetivo de demonstrar a situação de publicidade dos municípios.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente foi identificado os municípios que integram a amostra do estudo, da mesma maneira que identificados os sítios eletrônicos correspondente a cada um dos municípios.

Após a identificação elaborou-se um *checklist* (apêndice A) com os demonstrativos contábeis e relatórios de gestão fiscal alusivos as bases normativas aplicáveis no estudo a que os entes municipais têm obrigatoriedade de publicar.

Ao concluir o *checklist* foi visitado o sítio eletrônico de cada município com o objetivo de preenchê-lo, visando a coleta dos dados de forma individualizada de cada município.

Terminado este processo, foram reunidos e agrupados os números de publicações de cada município e após analisado e classificado.

O critério para classificação dos níveis de publicação dos demonstrativos e relatórios publicados pelos municípios utilizado pelo presente estudo compreende uma adaptação do artigo “A Disponibilização na Internet de Demonstrativos Contábeis pelos Municípios da Região da Grande Florianópolis Referentes aos Anos de 2000 a 2013” elaborado pelos autores Neto e Mafra (2015).

Segundo Neto e Mafra, o critério de classificação em cada faixa baseia-se pela razoabilidade das informações disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais, onde no quadro 3 apresentando na página seguinte encontra-se a adaptação construída para a classificação das prefeituras que compõe a amostra do estudo, tal como a legenda de classificação utilizada, para o que a LRF, Lei 4.320/64, NBC TSP 16.6 (R1) e a Constituição Federal Brasileira obrigam os entes municipais a elaborar e divulgar ao público/sociedade.

Quadro 3 - Legenda e critério para classificação dos níveis de publicação dos demonstrativos e relatórios

Legenda de Classificação	Critério	LRF		Lei 4.320	NBC TSP 16.6 (R1)	Constituição Federal
		RGF	RREO	Demonstrativos	Demonstrativos	Instrumentos Planejamentos
C - Completo	"n" = 100%	7	14	4	7	3
P - Parcialmente completo	$80\% \leq "n" < 100\%$	6	12 a 13	-	6	-
I - Incompleto	$20\% \leq "n" < 80\%$	2 a 5	3 a 11	1 a 3	2 ao 5	1 a 2
A - Ausente	$0\% \leq "n" < 20\%$	0 ou 1	0 a 2	0	0 a 1	0

Fonte: adaptado de Neto e Mafra (2013)

Feito a classificação é possível observar-se e analisar a publicação dos municípios de forma anual individualizada por cada uma base legal, assim como, classificar e ranquear as prefeituras conforme a média de publicação de seus demonstrativos.

Após ranqueados os municípios pela média de publicação do período estudado é utilizou-se o critério de publicação ótima, boa, regular e ruim, conforme o quadro 4, apresenta:

Quadro 4 - Classificação dos conceitos aplicados as médias de publicações dos municípios

Legenda de Classificação	Critério/Média
Ótimo	"n" = 100%
Bom	$80\% \leq "n" < 100\%$
Regular	$20\% \leq "n" < 80\%$
Ruim	$0\% \leq "n" < 20\%$

Fonte: Adaptado de Neto e Mafra (2013)

Estes conceitos introduzidos foram aplicados em cima do critério/média de publicação, usado para classificar os municípios anteriormente.

4 ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS COREDE SERRA GAÚCHA

Em conformidade com a Constituição Federal Brasileira, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 4.320/64, a NBC TSP 16.6 (R1), revogada pela NBC TSP 11 a partir de 01/01/2019, Lei de Acesso à Informação, Lei da Transparência ficam os entes municipais obrigados a publicarem em seus sítios eletrônicos os demonstrativos contábeis e os relatórios de gestões fiscais, correspondentes aos seus respectivos anos de gestões.

No tocante a CFB, vale ressaltar que são três instrumentos de planejamento financeiro, sendo eles o PPA, a LDO e LOA, todos assistidos pelo artigo 165 da referida Carta Magna.

O RREO é constituído por 14 demonstrativos, explícitos nos artigos 52 e 53 da LRF que disciplinam o § 3º do artigo 165 e inciso III do artigo 167 da CF. Já o RGF de acordo com os artigos 54 e 55 da LRF deverá ser composto por 7 demonstrativos.

Os demonstrativos contábeis estão amparados pela Lei 4.320/64, integrando o grupo com 4 demonstrativos obrigatórios de publicação e pela NBC TSP 16.6 (R1), revogada a partir de 01/01/2019 pela NBC TSP 11, o qual normatiza a publicação de 7 demonstrativos contábeis.

4.1 PUBLICAÇÕES DOS DEMONSTRATIVOS E RELATÓRIOS DE 2016

Em visita aos sítios eletrônicos dos municípios da amostra pesquisada que compõe o COREDE Serra Gaúcha pode-se verificar com relação a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária a que as prefeituras tem obrigação de publicizar ao público o número de publicações dos demonstrativos que integram o relatório, conforme apresentando no gráfico da figura 4 da página seguinte.

Figura 4 - Gráfico publicação relatório resumido execução orçamentária 2016

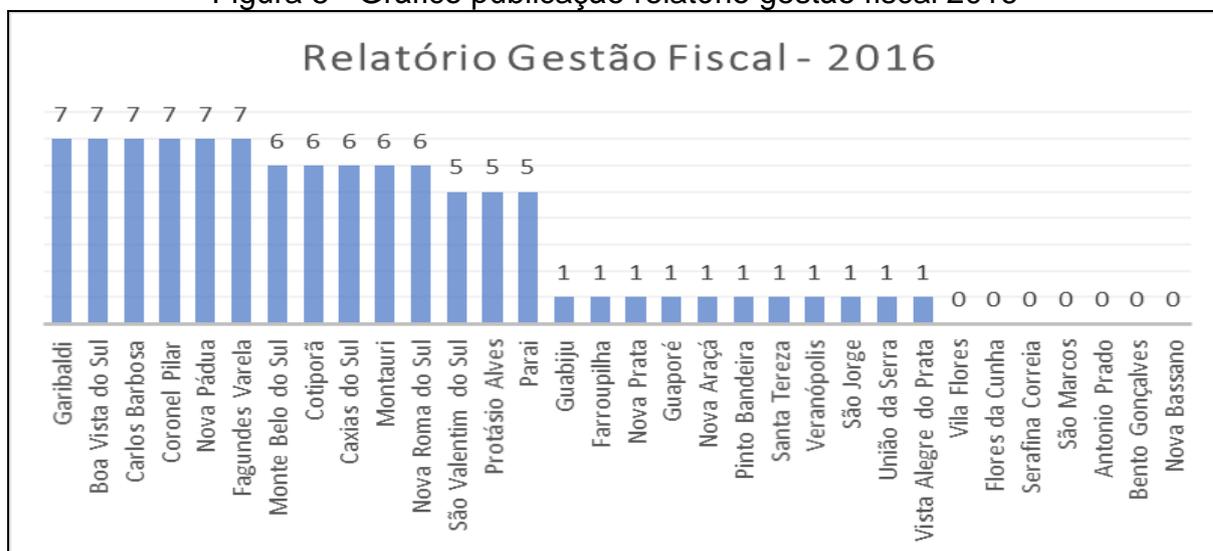


Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Em conformidade com o critério de classificação utilizado, é perceptível da figura 4, que 12,5% das prefeituras publicaram o RREO de forma completa enquanto 21,88% de forma parcialmente completa. Também é possível verificar que 43,75% não publicaram o relatório e 21,88% das prefeituras publicaram de forma incompleta o RREO.

O número de publicações dos documentos que formam o RGF a que os municípios tem obrigatoriedade de publicar, estão apresentados na figura 5, a seguir:

Figura 5 - Gráfico publicação relatório gestão fiscal 2016

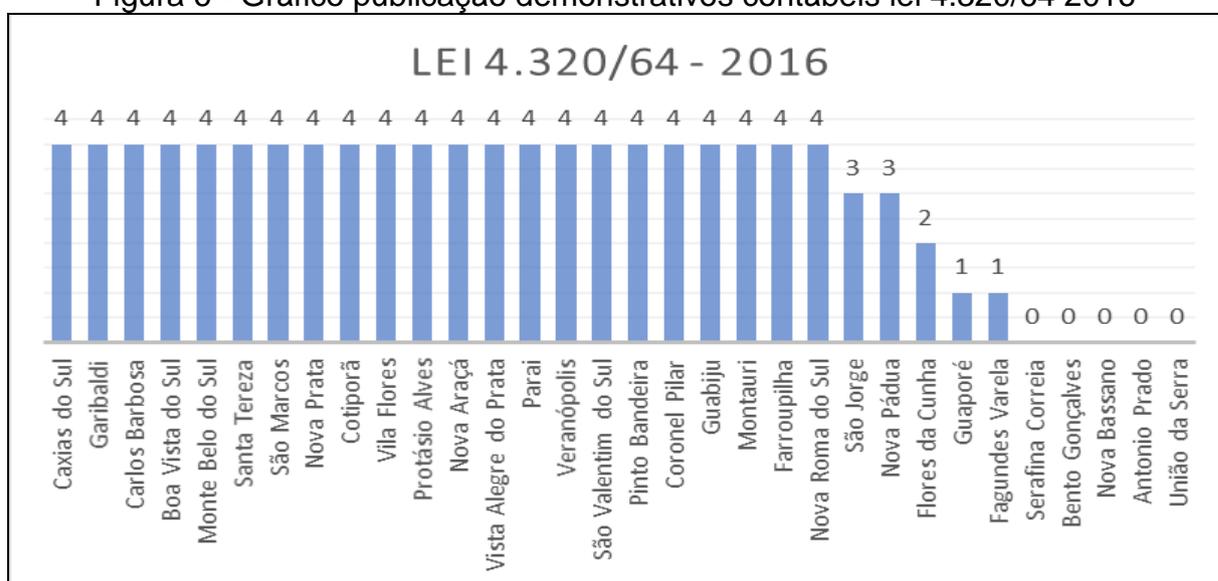


Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

É evidenciado na figura 5 da página anterior que 56,25% dos municípios não realizaram a publicação do relatório assim como 9,38% das prefeituras publicaram de forma incompleta os demonstrativos. Já a publicação de forma completa corresponde a 18,75% e a publicação de forma parcialmente completa é resultante em 15,63% das prefeituras estudadas.

De acordo com o gráfico da figura 6 estão expostas o número de publicações exigidas pela Lei 4.320/64 a que as prefeituras da amostra pesquisada são obrigadas a publicar, é evidente que 68,75% destes municípios publicaram de forma completa os demonstrativos exigidos pela Lei 4.320/64.

Figura 6 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis lei 4.320/64 2016

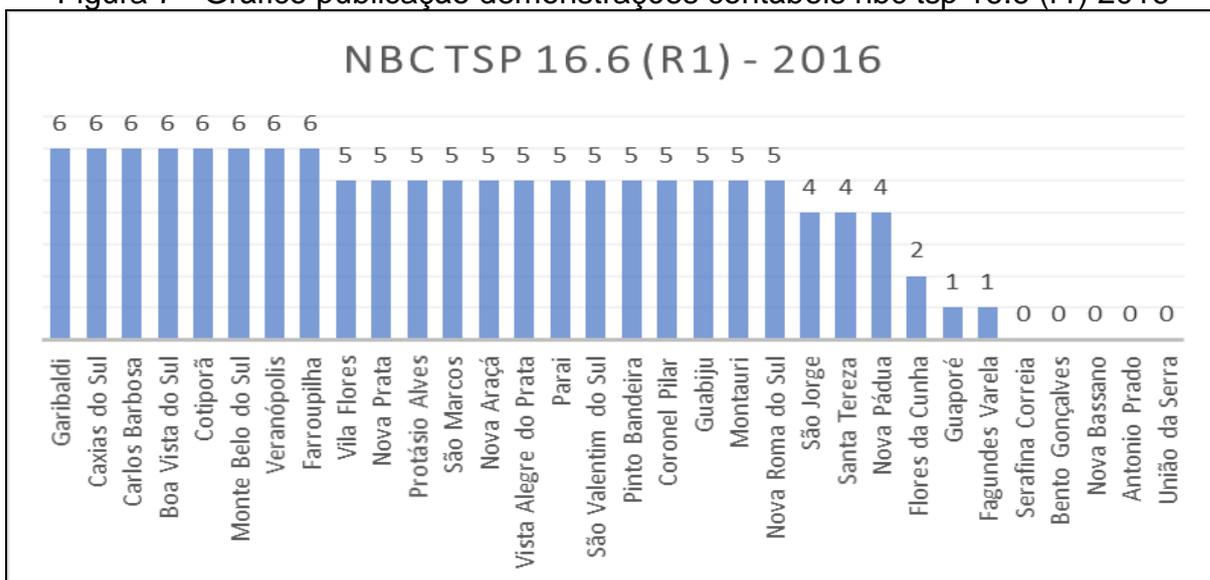


Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Também é averiguado na figura 6 que 25% dos municípios não publicaram os demonstrativos contábeis e 28,13% das prefeituras, publicaram de forma incompleta os respectivos demonstrativos exigidos pela Lei 4320/64.

Já referente a NBC TSP 16.6 (R1), o estudo demonstrou que 21,88% das prefeituras não publicaram os demonstrativos, no entanto, em contrapartida 25% publicou os demonstrativos de forma parcialmente completa. Ainda é evidente que não há publicação de todos os demonstrativos abrangidos pela norma e que também o número de publicações incompletas corresponde a 53,13% das prefeituras estudadas, conforme demonstrado no gráfico da figurá 7 da página seguinte.

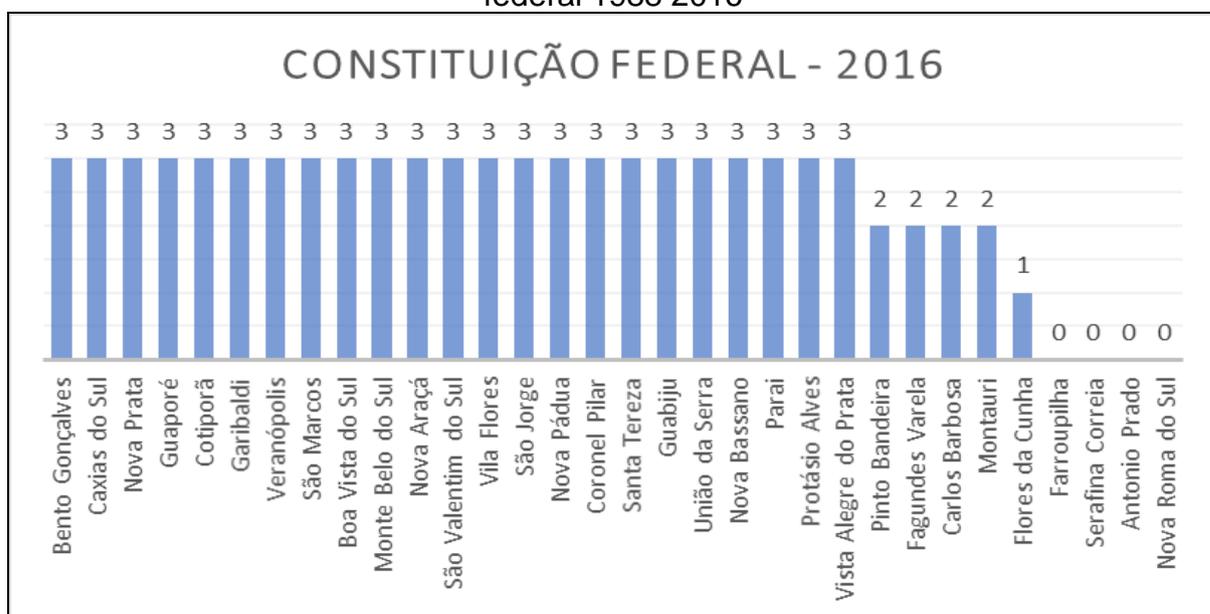
Figura 7 - Gráfico publicação demonstrações contábeis nbc tsp 16.6 (r1) 2016



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Os instrumentos de planejamento financeiro abrangidos pela Constituição Federal Brasileira, publicados pelos municípios no período de 2016 estão evidenciados no gráfico da figura 8:

Figura 8 - Gráfico publicação instrumentos planejamento financeiro constituição federal 1988 2016



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

De acordo com a figura 8 acima, o número de municípios que apresentam a publicação completa corresponde a 71,88%. Ainda há municípios que não publicam

todos os instrumentos, correspondendo a 12,50% de abstenção da publicação e 15,63% publicaram de forma incompleta.

4.2 PUBLICAÇÕES DOS DEMONSTRATIVOS E RELATÓRIOS DE 2017

O número de documentos que integram o RREO publicados por cada prefeitura relativa ao período 2017 é apresentado no gráfico da figura 9 a seguir:

Figura 9 - Gráfico publicação relatório resumido execução orçamentária 2017



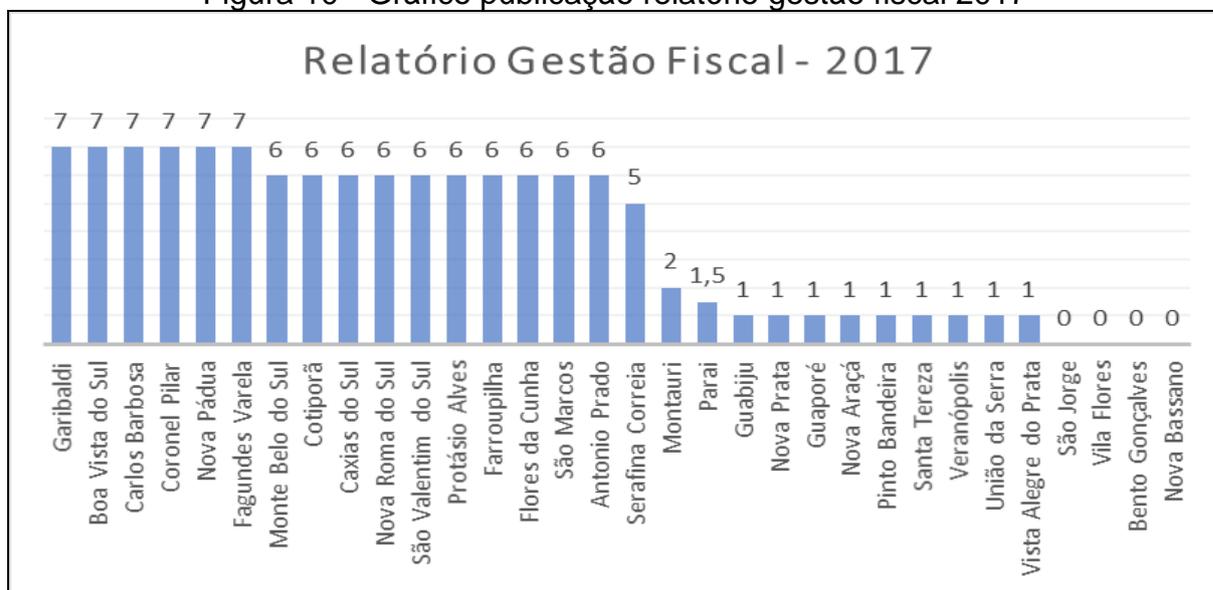
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

A partir do *ranking* de publicação do RREO da figura 09 pode-se constatar que 12,50% dos municípios mantiveram-se publicando todos os demonstrativos que compõe o RREO enquanto 18,75% das prefeituras publicaram de forma parcialmente completa os demonstrativos do RREO. Já 31,25% dos municípios publicaram de forma incompleta os demonstrativos e 43,75% das prefeituras não publicaram os demonstrativos que formam o RREO.

Referente ao RGF a pesquisa demonstrou que manteve-se o percentual de municípios publicando completamente o relatório, correspondendo a 18,75% enquanto houve um aumento no número de publicações parcialmente completas, passando a corresponder a 31,25%. As prefeituras que não publicaram os demonstrativos do RGF decaíram para 43,75% e 6,25% das prefeituras publicaram

de forma incompleta os demonstrativos integrantes do RGF, conforme é demonstrado no gráfico da figura de número 10 abaixo:

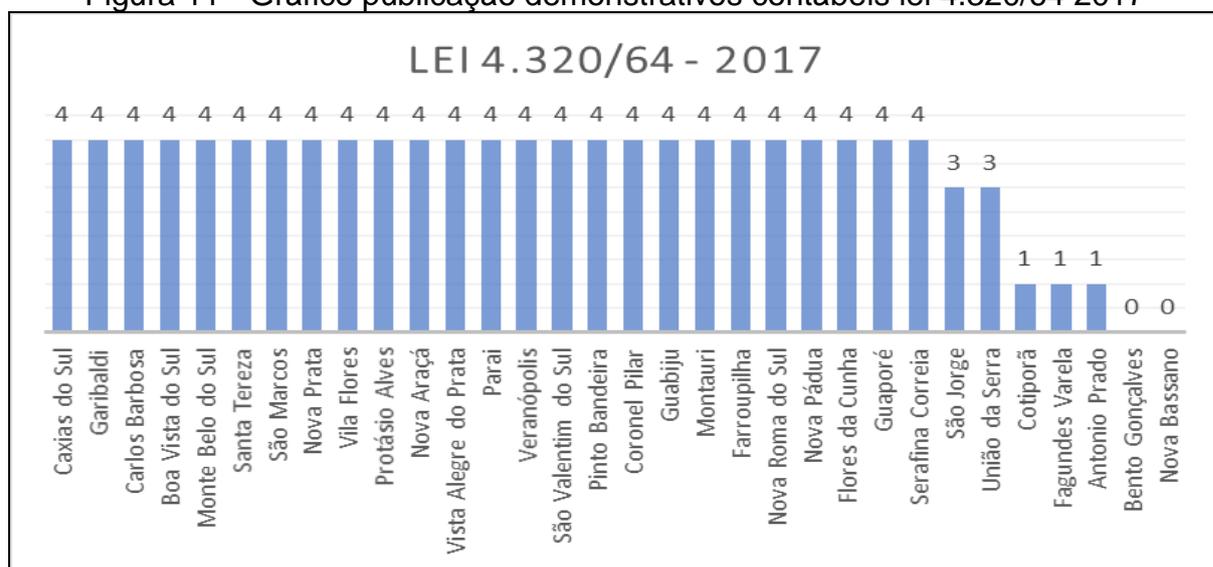
Figura 10 - Gráfico publicação relatório gestão fiscal 2017



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Pode-se acompanhar no gráfico da figura 11 o número de entes municipais que não publicavam os demonstrativos da Lei 4.320/64 decaiu em comparação ao ano anterior, correspondendo a 6,25%, uma vez que estes passaram a publicar de forma completa, aumentando o percentual para 78,13%.

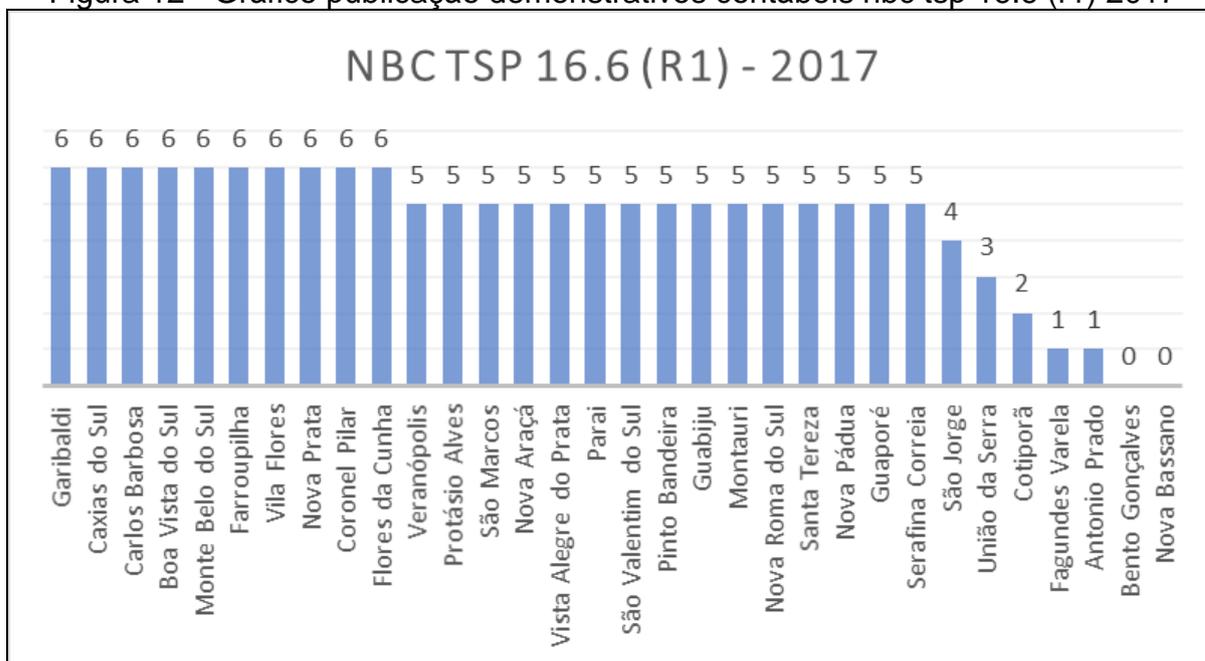
Figura 11 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis lei 4.320/64 2017



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

O número das demonstrações normatizadas pela NBC TSP 16.6 (R1) a qual as prefeituras estão obrigadas a elaborar e publicar a sociedade, são apresentadas no gráfico da figura 12 a seguir:

Figura 12 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis nbc tsp 16.6 (r1) 2017



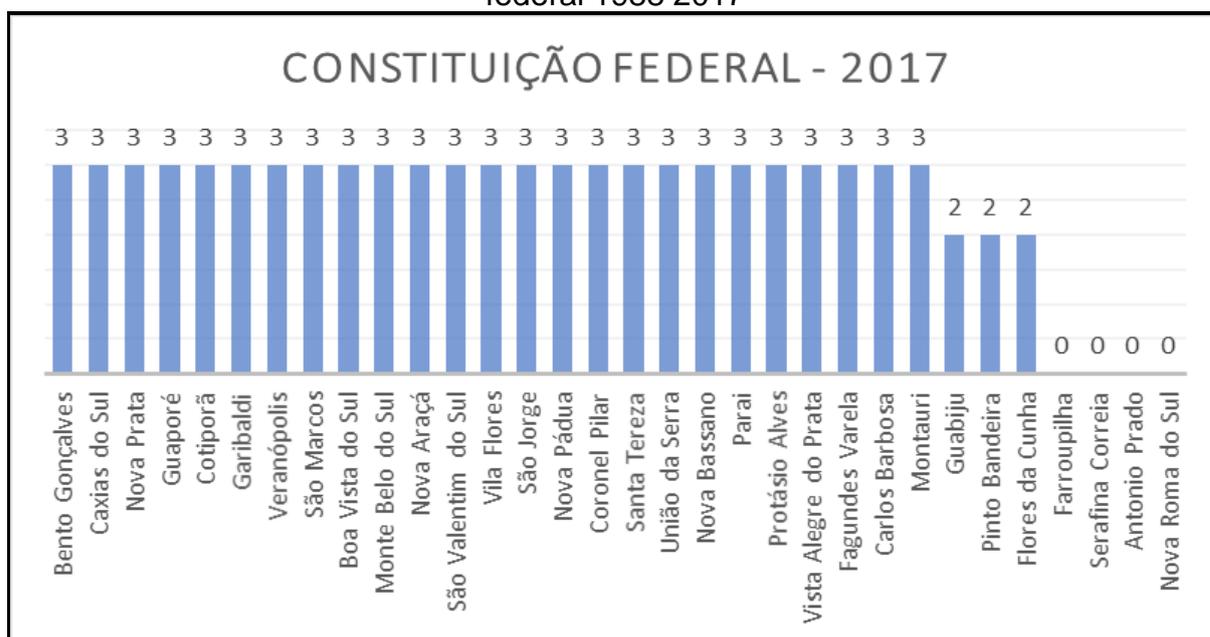
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

De acordo com a figura número 12 demonstrada acima o percentual de prefeituras que não publicavam os demonstrativos introduzidos pela BNC TSP 16.6 (RA1) diminuiu, passando a corresponder a 12,50% e o número de municípios que publicaram de forma incompleta aumentou para 55,25% já as publicações classificadas como parcialmente completas também sofreram um aumento em relação ao ano passado (2016), correspondendo a 31,25% dos municípios.

É de importante valia salientar que ainda é evidente e demonstrado na figura 12 que nenhum dos municípios da amostra estudada apresentou a publicação de todos os demonstrativos que a NBC TSP 16.6 (R1) exigia durante sua vigência.

Já os instrumentos de planejamento financeiros amparados pela Constituição Federal Brasileira de 1988 publicados pelos municípios integrantes COREDE Serra Gaúcha, estão apresentando no gráfico da figura de número 13 da próxima página, da seguinte maneira:

Figura 13 - Gráfico publicação instrumentos planejamento financeiro constituição federal 1988 2017



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Verificando o gráfico da figura 13 e comparado com o período anterior o número de publicações completas aumentou em função da queda dos municípios que publicavam de forma incompleta, nesse ano (2017) compreendendo a 78,13% das prefeituras publicaram de forma completa, conforme critério da pesquisa. Também é possível averiguar que o número de entes que não publicavam manteve-se o mesmo, utilizando-se como base de comparação o exercício de 2016, mantendo-se em 12,50% neste período de 2017, e as publicações incompletas, como já mencionadas anteriormente, decaíram, passando a representar neste exercício de 2017 a 9,38% dos municípios.

4.3 PUBLICAÇÕES DOS DEMONSTRATIVOS E RELATÓRIOS DE 2018

Em consulta aos sítios eletrônicos das prefeituras é possível acompanhar no gráfico da figura 14 da página posterior o número de documentos publicizados pelos municípios da amostra estudada no período de 2018 referente ao Relatório de Execução Orçamentária a quais os entes municipais tem obrigatoriedade de publicar em seus portais de transparência, assim como observados os nuances trazidos pela Lei da Transparência conforme transcrição no referencial teórico do presente estudo.

Figura 14 - Gráfico publicação relatório resumido execução orçamentária 2018



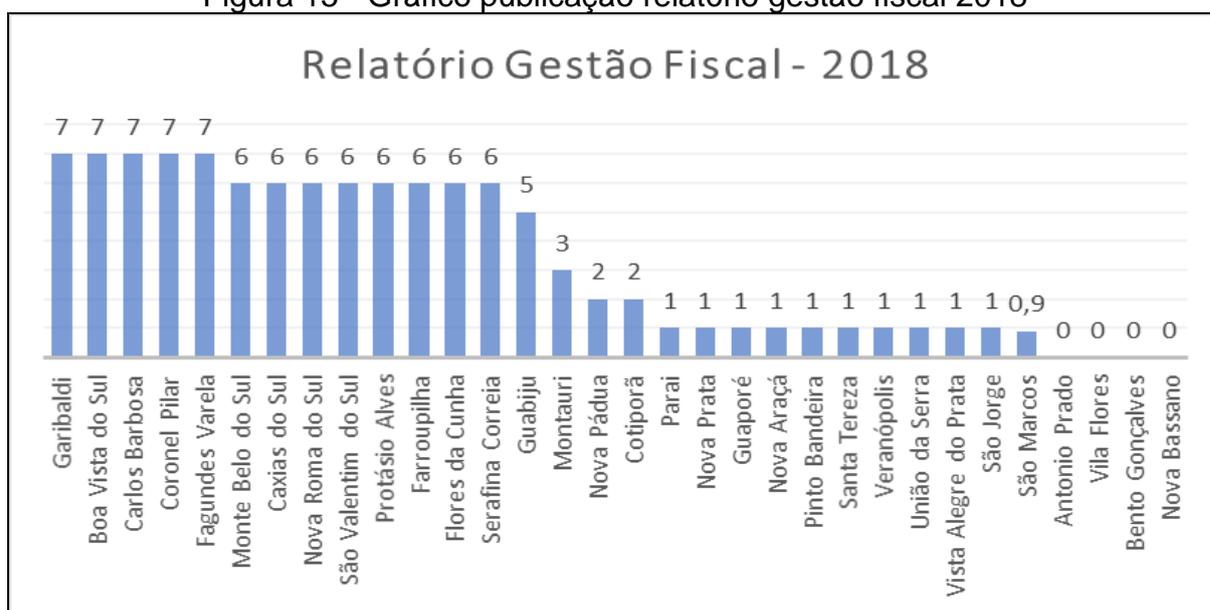
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Acompanhando o gráfico da figura 14 compilado acima e em comparação aos exercícios anteriores apresentados ao percorrer do presente estudo, o percentual de prefeituras publicando os demonstrativos integrantes do RREO de forma completa manteve-se igual, em 12,50%, no entanto a pequena variação que ocorreu foi nos relatórios de publicação parcialmente completa e publicação incompleta.

A representatividade de prefeituras com publicação parcialmente completa aumentou para 21,88% em função das prefeituras que publicavam de forma incompleta e que neste período representam 28,13% dos municípios pesquisados no presente estudo.

Na próxima página é apresentado o gráfico da figura 15 onde encontra-se o número de publicações dos demonstrativos que formam o Relatório de Gestão Fiscal alusivo ao período de 2018 a qual os municípios integrantes do COREDE SG tem a obrigatoriedade de publicar.

Figura 15 - Gráfico publicação relatório gestão fiscal 2018



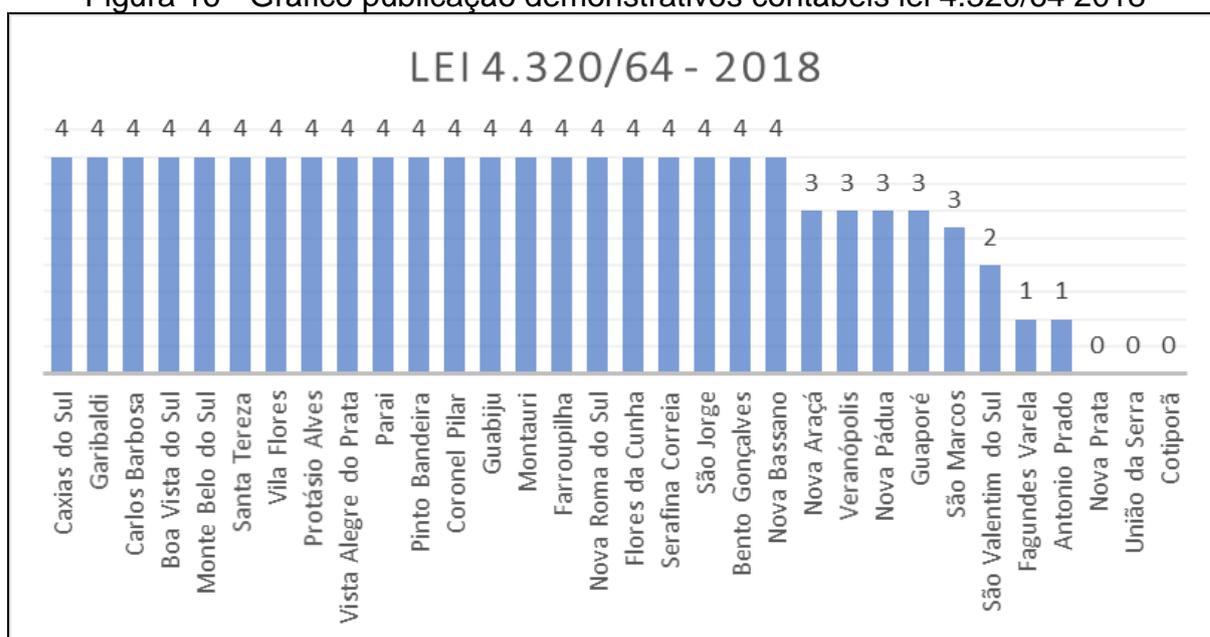
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta as sítios eletrônicos dos municípios

Em observância ao gráfico da figura 15 e em comparação ao período anterior houve um declínio no número de prefeituras publicando de forma completa os demonstrativos que integram o Relatório de Gestão Fiscal, passando a corresponder a um percentual de 15,63% dos municípios, da mesma maneira que na publicação de forma parcialmente completa também houve um declínio, passando a correspondendo a 25% das prefeituras estudadas nesta amostra.

Também, em contrapartida o número de municípios que publicaram de forma incompleta cresceram em 2018, passando a corresponder ao montante de 9,38% das prefeituras abordadas pela pesquisa, tal como os municípios que não realizaram publicações neste período representam 50% da amostra estudada.

Com relação as publicações dos demonstrativos contábeis a que os municípios estão submetidos a elaborar e publicar com base na Lei 4.320/64 no exercício de 2018, é possível acompanhar na compilação do gráfico da figura 16 da página seguinte o número de publicações que cada prefeitura publicou vistas a atender as obrigatoriedades a que os mesmo encontram-se submetidos pela Lei 4.320/94.

Figura 16 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis lei 4.320/64 2018



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

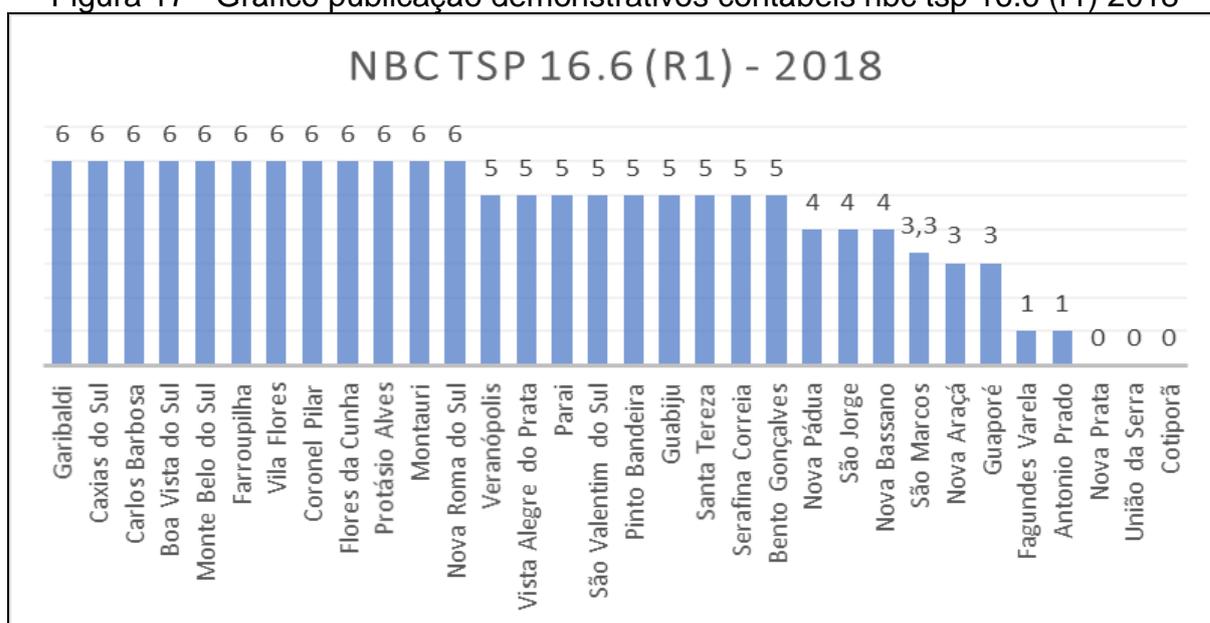
As publicações de forma completa dos demonstrativos contábeis decaíram em comparação ao período anterior, passando a corresponder 65,63% de acordo com a figura 16 logo mais acima, conforme figura 16.

Também, a representatividade de municípios com publicações incompletas aumentou, passando a correspondendo a 25% dos municípios, tal como, também aumentou o montante de municípios que não publicaram os demonstrativos, representando 9,38% dos municípios integrantes da amostra pesquisada conforme é demonstrado na figura 16.

Analisando o número de publicações realizadas pelas prefeituras frente aos demonstrativos exigidos pela NBC TSP 16.6 (R1) de acordo com o gráfico da figura 17 da página seguinte, é possível constatar que em comparação ao período anterior (2017) não existe um cumprimento completo da publicação dos demonstrativos contábeis que a norma regulamenta, ou seja, nenhum município da amostra pesquisada publicou todos os demonstrativos contábeis exigidos pela NBC TSP 16.6 (R1).

O número de prefeituras com publicações parcialmente completas aumentou, passando a corresponder a 37,50%, assim como, os municípios com ausência de publicação também cresceu para 15,63% e 46,87% dos municípios publicaram de forma incompleta seus demonstrativos, de acordo com a figura 17 da página 51.

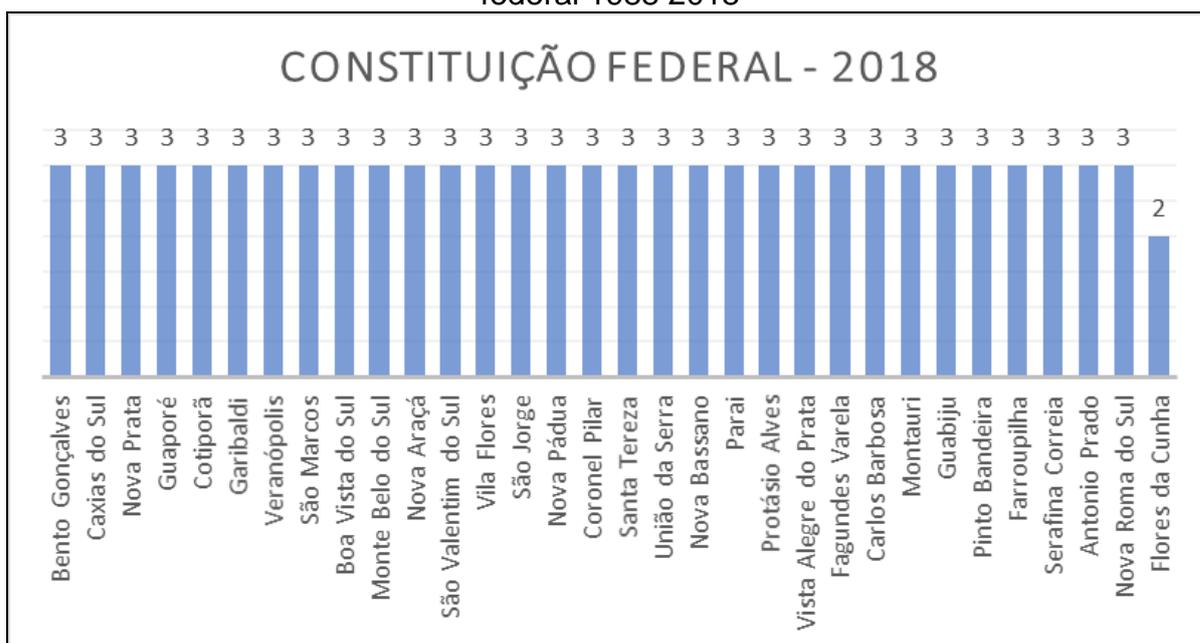
Figura 17 - Gráfico publicação demonstrativos contábeis nbc tsp 16.6 (r1) 2018



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

No tocante aos instrumentos de planejamento financeiro que as prefeituras estão obrigadas a publicar em conformidade com a Constituição Federal Brasileira de 1988, estão evidenciados abaixo o número de publicações por prefeituras correspondente ao período de 2018, a seguir na figura 18.

Figura 18 - Gráfico publicação instrumentos planejamento financeiro constituição federal 1988 2018



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

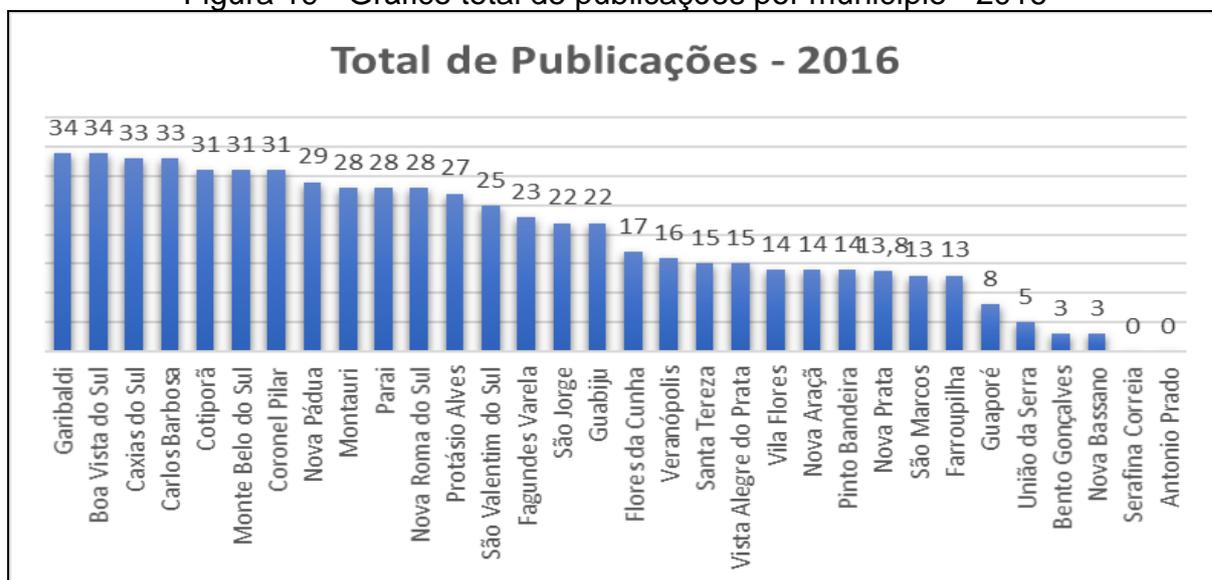
É evidente que o percentual de prefeituras com publicações completa dos instrumentos de planejamento financeiro aumentou passando a representar 96,88% dos municípios e as publicações de forma incompleta correspondem a 3,13% das prefeituras estudadas, conforme demonstrado na figura 18.

4.4 TOTAL DE PUBLICAÇÕES POR ANO

A partir das visitas realizadas aos portais eletrônicos das prefeituras integrantes do COREDE Serra Gaúcha e verificação das publicações por eles divulgados, é possível acompanhar nas páginas a seguir a classificação dos municípios que mais publicaram os instrumentos de planejamento financeiro, instituídos pela Constituição Federal Brasileira, os relatórios de gestões fiscais normatizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e os demonstrativos contábeis geridos pela Lei 4.320/64 e pela NBC TSP 16.6 (R1).

No exercício de 2016 pode-se acompanhar no *ranking* da figura 19, que na primeira colocação estão os municípios de Garibaldi e Boa Vista do Sul, correspondendo a 97,14% das publicações exigidas pelas Leis abordadas neste estudo. Estão dividindo a segunda colocação os municípios de Caxias do Sul e Carlos Barbosa, onde contemplam 94,29% do total de publicações exigidas no ano. E, em terceira posição, estão os municípios de Cotiporã, Monte Belo do Sul e Coronel Pilar, o qual publicaram 88,57% das publicações exigidas no ano de 2016.

Figura 19 - Gráfico total de publicações por município - 2016



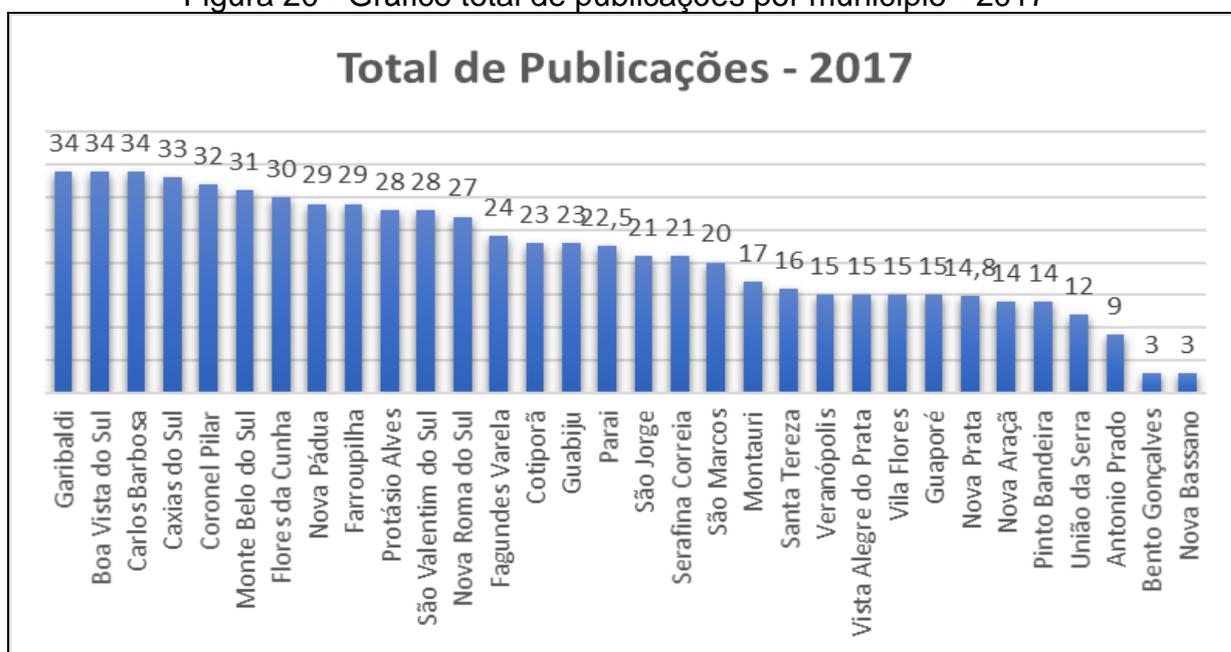
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Com relação ao período de 2017 o presente estudo constatou que houve um pequeno aumento no número de demonstrativos publicados, no entanto, não com expressiva relevância, de acordo com o gráfico da figura 20.

O diferencial do ano 2017 em comparação ao ano de 2016 é que todos os municípios pesquisados publicaram algum dos demonstrativos exigidos pelas Leis, não zerando o somatório do total de publicações, certamente, não podem ser classificados como regular ou boa publicação, no entanto já mostra uma movimentação lenta para atendimento do que as leis regulamentam a publicar.

Em primeira colocação os municípios de Garibaldi e Boa Vista do Sul mantiveram-se e juntando-se ao grupo, entrou Carlos Barbosa, todos representando 97,14% de publicação dos relatórios de gestão fiscal, dos demonstrativos contábeis e instrumentos de planejamento financeiro. E mantendo-se na segunda posição, a prefeitura de Caxias do Sul com 94,29% dos demonstrativos contábeis, relatórios de gestão fiscal e instrumentos de planejamento financeiro publicados. Assim como, em terceira colocação o município de Coronel Pilar com 91,43% dos demonstrativos e relatórios publicados em atendimentos as normas e legislações, conforme figura 20.

Figura 20 - Gráfico total de publicações por município - 2017



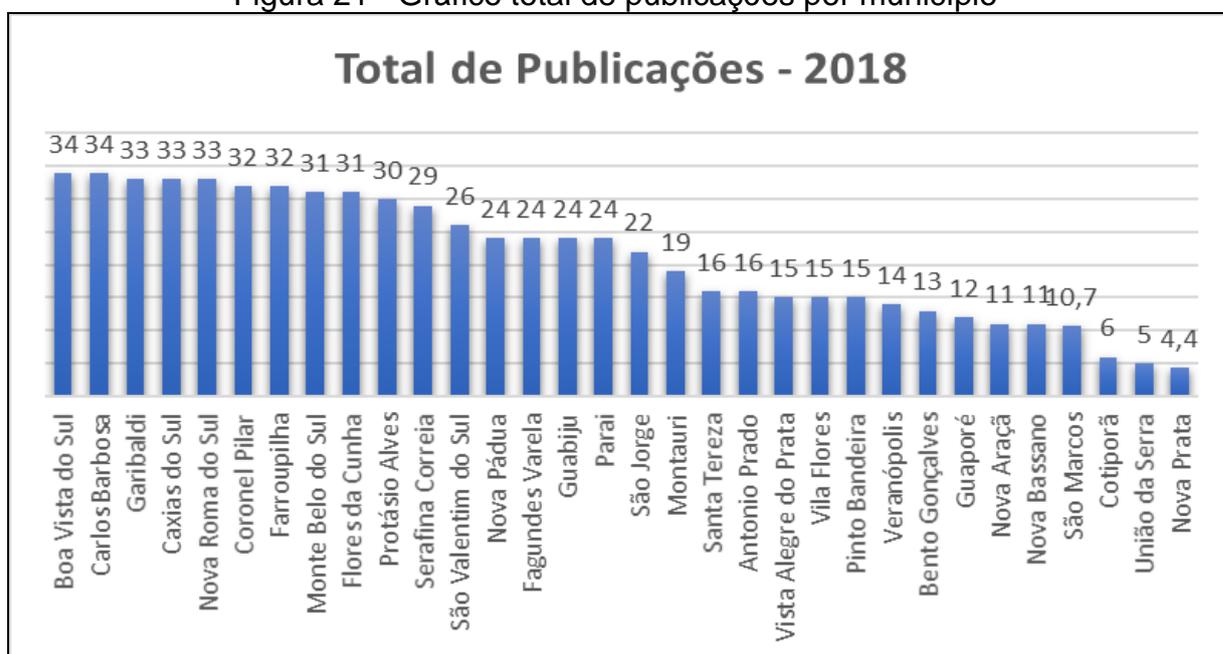
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sites eletrônicos dos municípios

E por fim, no exercício de 2018, houveram poucas variações com relação ao número de demonstrativos publicados pelas prefeituras do COREDE Serra Gaúcha,

de acordo com o gráfico da figura 21. Um dos exemplo, é a primeira colocação, que decaiu o número de municípios, passando de 03 para 02, sendo eles, Boa Vista do Sul e Carlos Barbosa com 97,14% dos demonstrativos e relatórios publicados em atendimentos as bases legais citadas neste trabalho.

Em segunda colocação estão os municípios de Garibaldi, Caxias do Sul e Nova Roma do Sul, representando as prefeituras que publicaram 94,29% dos demonstrativos e relatórios exigidos pelas legislações que fundamentam este estudo. E, em terceira posição estão as prefeituras de Coronel Pilar e Farroupilha, sendo que o município de Farroupilha investio na publicação de seus demonstrativos e relatórios para o cumprimento legal das legislações e normas as quais as prefeituras estão obrigadas a seguir. Podemos observar este investimento em publicação dos demonstrativos e relatórios com base ao ano de 2016, onde o município ocupava a décima quarta posição e agora divide a 3ª posição, conforme figura 21.

Figura 21 - Gráfico total de publicações por município



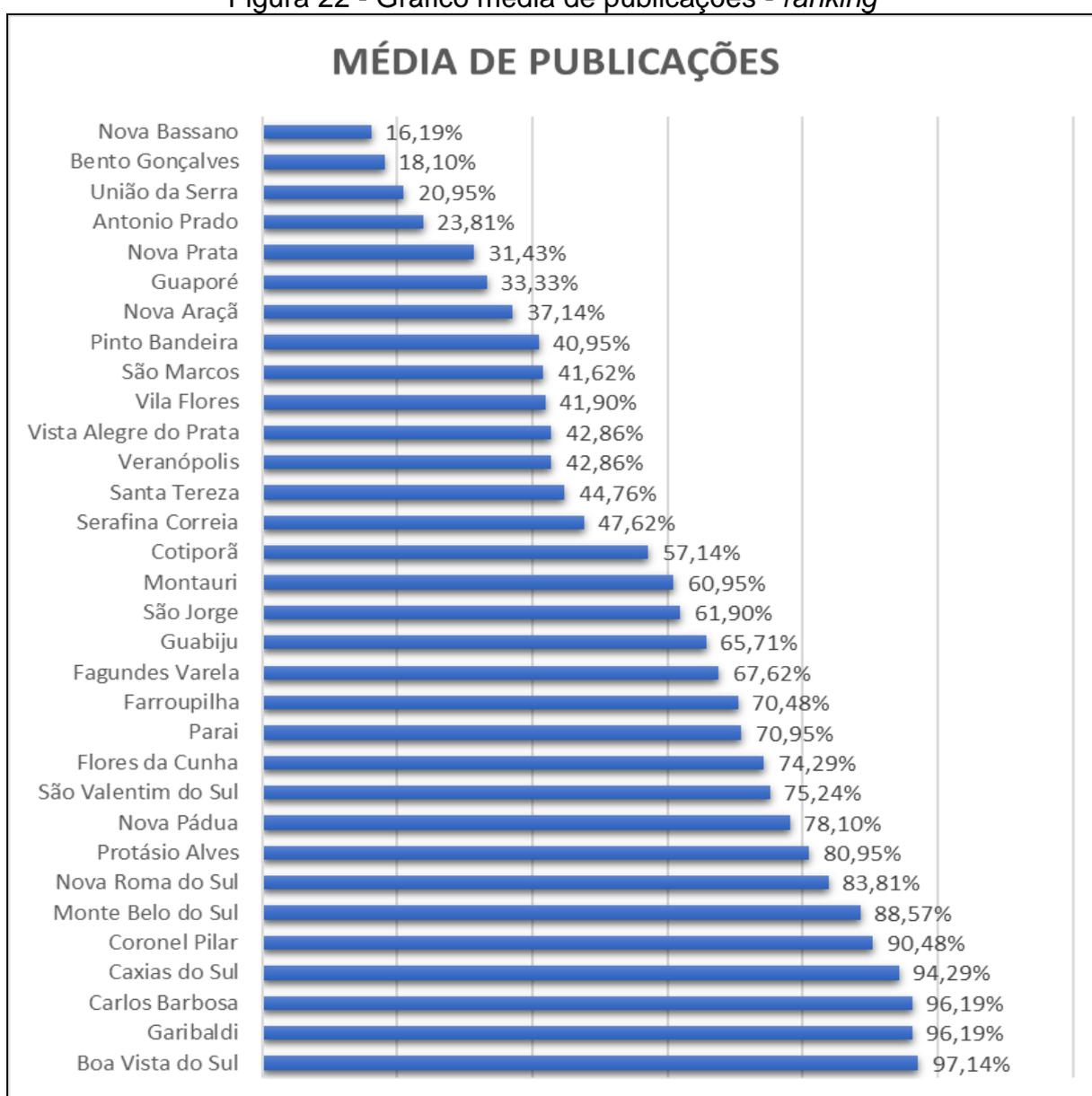
Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Assim, a presente pesquisa demonstrou as publicações exigidas por cada Lei e Norma de forma anual, assim como o somatório destas publicações, por ordem decrescente de publicação dos municípios integrantes do COREDE Serra Gaúcha. Tal

como, é possível visualizar o ranking da média de publicações do período de 2016 a 2018, de acordo com a figura 22.

Os municípios destaques com média superior a 90% de publicação, foram: em primeiro lugar, Boa Vista do Sul, correspondendo a 97%, seguidos de Carlos Barbosa e Garibaldi, dividindo a segunda colocação, com média de publicação de 96% dos demonstrativos. Na terceira colocação está Caxias do Sul, com 94% de média de publicação dos demonstrativos e relatórios publicados nos anos de 2016, 2017 e 2018. E, em quarto lugar, com média de publicação 90% o município de Coronel Pilar, conforme *ranking* da figura 22.

Figura 22 - Gráfico média de publicações - *ranking*



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa demonstrou o número de publicações por demonstrativos contábeis, relatórios de gestões fiscais e instrumentos de planejamento financeiro de cada ano, assim como, o somatório de publicações anuais que as prefeituras estão submetidas a publicar através da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 4.320/64, pela NBC TSP 16.6 (R1) revogada em 31/12/2018 e a Constituição Federal Brasileira 1988, tal como, a média de publicação destes municípios.

Conforme citado ao final do referencial teórico, a Lei 15.527 de 2011 normatiza que as publicações devem ser viabilizadas pela tecnologia da informação, tal como a Lei Complementar 131 de 2009 que regulamenta as publicações em sítios eletrônicos. Sendo assim, é constatado através do *ranking* de média de publicações (figura 22, página 55) que os três municípios que cumprem com maior rigor as publicações exigidas pelas bases legais são as prefeituras de Boa Vista do Sul, em primeiro lugar, seguidos de Carlos Barbosa e Garibaldi, dividindo a segunda posição e por fim em terceira colocação o município de Caxias do sul e ocupando as três últimas colocações de piores publicações estão os municípios de Nova Bassano em última colocação (posição 32^o), em penúltimo lugar Bento Gonçalves (31^o posição) e União da Serra ocupando a 30^o colocação.

Conforme descrito na metodologia, depois de classificadas as publicações dos municípios, as mesmas foram transformadas em conceitos em uma média geral de publicações dentro do período de tempo que a pesquisa abrangeu, onde podemos concluir que 25% das prefeituras tem uma boa publicação dos relatórios de gestão fiscal e dos demonstrativos contábeis, conforme figura 23 da página 58, assim sendo, representam $\frac{1}{4}$ da amostra pesquisada, ou seja, ainda é muito pequena a quantidade de municípios atendendo de forma quase completa as publicações que as bases legais obrigam.

A maior parte das prefeituras foram classificadas com publicações regulares, de acordo com a figura 23 da página 58, ou seja, 69% dos municípios publicam seus demonstrativos e relatórios com muitos problemas, sendo eles, a própria não publicação, como também, links que não funcionam, documentos anexados de forma errada, ou mesmo não publicando o último período do ano que se refere os documentos ou até mesmo a não publicação de algum demonstrativo e portais com

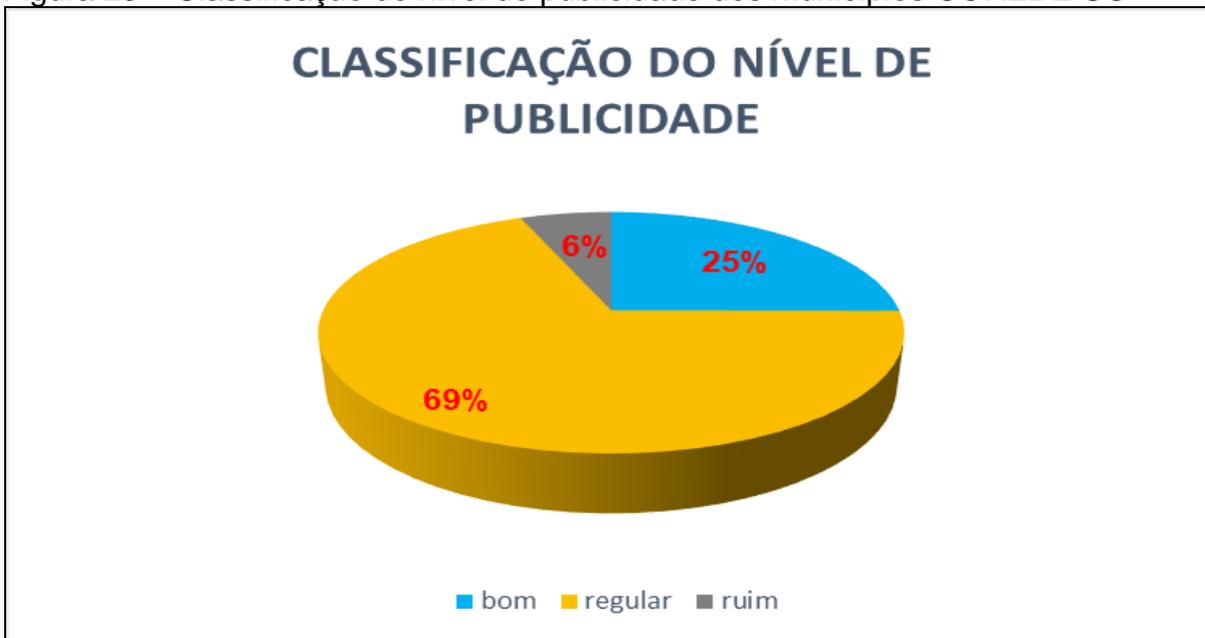
problemas de acesso, assim sendo, seu nível de atendimento as bases legais ainda é ineficiente, e não cumpre com todas as publicações exigidas pelas bases legais, mas cumpre de forma regular o que determina as legislações que os municípios estão submetidos.

E de acordo com a figura 23 da página 58, 6% dos municípios pesquisados foram classificadas como publicações ruins, pois estes apresentam grandes problemas de não publicar os documentos, e como agravante ainda carregam todos os problemas encontrados nos municípios com publicações regulares, como portais que não funcionam, documentos publicados de forma errônea ou períodos que não os correspondem, portanto pode-se constatar que os mesmos estão com uma demasiada ineficiência em atender as normas legais, tal como, estão com um grande descumprimento legal.

É interessante ressaltar que os problemas encontrados nos sítios eletrônicos visitados durante a pesquisa ferem a Lei de Acesso à Informação e a Lei complementar 131/2009, onde estas publicações devem estar públicas e de fácil acesso e manuseio aos usuários que necessitam destes dados. Um exemplo de manuseio feito pelos usuários da informação publicada seria a forma de exportá-la para outros formatos como xls, ods, doc, ppt, pdf e trabalhar com os dados da forma que preferisse, sendo que raríssimos sítios eletrônicos da amostra pesquisada disponibilizaram os dados em no máximo dois formatos, xls e pdf que é o formato que está publicado.

Outro exemplo é que a Lei Complementar 131 de 2009 traz que as informações devem estar publicadas em tempo real aos seus usuários, e podemos constar através da pesquisa que essa obrigatoriedade legal também não é atendida por parte dos municípios.

Figura 23 – Classificação do nível de publicidade dos municípios COREDE SG



Fonte: Elaborado pelo autor em consulta aos sítios eletrônicos dos municípios

Portanto, para corroborar as preposições formuladas do presente estudo, pode-se concluir que 94% dos municípios pesquisados atendem a publicação dos relatórios de gestão fiscal e demonstrativos contábeis, mesmo que de forma boa ou regular e que 6% destas prefeituras auditadas não cumprem com a publicação dos documentos exigidos pelas bases legais, conforme podemos acompanhar na figura 23.

Também é importante ressaltar que em consultas aos portais dos municípios é possível encontrar a Lei de Acesso à Informação, a LRF onde garante que os entes públicos devem elaborar e publicar seus demonstrativos contábeis e relatórios de gestões fiscais ao público, todavia, é perceptível que os municípios tem ciência de que não estão cumprindo com as Leis, pois não há publicações completas pela grande maioria das prefeituras e também um fácil manuseio destes dados.

Assim o presente estudo fica aberto a continuidade da pesquisa, possibilitando o acompanhamento e verificação das publicações realizadas pelos municípios nos próximos anos, tal como também aumentar a amostra de pesquisa ou até mesmo comparar esta amostra estudada com outras amostras, vistas a verificar o cumprimento das bases legais que estavam ou estão em vigência a qual os municípios estão submetidos.

REFERÊNCIAS

ATLAS, Socioeconômico. **Conselhos regionais de desenvolvimento**. Disponível em: <[http:// https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes](http://https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes)>. Acesso em 29 set. 2018.

BEUREN, Ilse Maria. et al; **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade, teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 15 ago.2018

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 30.

BRASIL, Câmara de deputados. **Projeto de lei 8.325 de 2017**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2148379>. Acesso em 02 nov. 2018.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da república federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL, **Decreto Lei nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em 26 ago. 18.

BRASIL, **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em 26 ago. 18.

BRASIL, **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL, **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 26 ago. 18.

BRASIL, **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(Lei de Acesso a Informação)**. Regula o acesso a informações previstos no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; (...). Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL, **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL, **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 26 ago. 18.

CONTABILIDADE, Conselho Federal. **NBC TSP 16.6 (R1)**. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/em/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCT16.6. Acesso em: 25 out. 2018.

CRUZ, Flávio da et al; **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Modelos de Relatórios da STN e Comentários sobre a Lei nº 10.028 (Penalidades)**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Teoria, Jurisprudência e mais de 100 Questões**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2005. (Série Impetus Provas e Concursos).

GARGIONI, Maria Helena Bueno (Org.). **CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil 1988 (Com Emendas Constitucionais e Revisões)**. Porto Alegre: CORAG, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/2!/4/2/4@0:0.00>>. Acesso em 31 ago. 2018.

IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>>. Acesso em: 18 out. 2018.

MOTTA, Fabrício. **Publicidade e transparencia são conceitos complementares**. Disponível em: [http:// https://www.conjur.com.br/2018-fev-01/interesse-publico-publicidade-transparencia-em-conceitos-complementares](http://https://www.conjur.com.br/2018-fev-01/interesse-publico-publicidade-transparencia-em-conceitos-complementares)>. Acesso em 29 set. 2018.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Legislação Federal Comentada: e legislação constitucional**. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 2013.

NETO, Orion Augusto Platt; MAFRA, Guilherme Maciel. **A disponibilização na internet de demonstrativos contábeis pelos municípios da região da grande de Florianópolis referente aos anos de 2000 a 2013**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>>. Acesso em: 12 out. 2018.

NUNES, Gissele Souza de Franceschi. **Avaliação da transparência pública à luz da legislação brasileira: um estudo nos municípios da região sul do Brasil.**

Disponível em:<

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123151/324031.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 12 out. 2018.

OECD, **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Economico.**

Disponível em:<[http:// https://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-budget-transparency-toolkit_9789264282070-em](https://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-budget-transparency-toolkit_9789264282070-em)>. Acesso em 29 set. 2018.

OLIVEIRA, **Regis Fernandes de. Responsabilidade Fiscal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em:<<https://www.antonioprado.rs.gov.br/>>. Acesso em 24. abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em:<<https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em:<<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em:<<https://bentogoncalves.atende.net/?pg=transparencia#!/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em:<<http://boavistadosul.leisnaweb.com.br/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível

em:<http://boavistadosul.rs.gov.br/novo_site/index.php?nivel=0&exibir=contas&ID=4>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL. **Demonstrativos Contábeis,**

Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.
Disponível em: <<http://boavistadosul.rs.gov.br/site/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatório de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<http://sistemas.boavistadosul.rs.gov.br/multi24/sistemas/transparencia/#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<http://portaltransparencia.carlosbarbosa.rs.gov.br/multi24/sistemas/transparencia/#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<http://www.carlosbarbosa.rs.gov.br>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/gestao/secretarias/gestao-e-financas/leis-orcamentarias>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro**
Disponível em: <<https://contaspublicas.caxias.rs.gov.br/index.php?dir=Q29udGFzIFB1YmtpY2Fz>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<http://www.coronelpilar.rs.gov.br/index.php?exibir=contas&ID=55>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL PILAR. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<http://www.coronelpilar.rs.gov.br/site/>>. Acesso em 02 mai 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro**
Disponível em: <<http://187.103.237.6:7080/multi24/sistemas/transparencia/#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro**

Disponível em: <<http://www.cotipora.rs.gov.br/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<https://www.fagundesvarela.rs.gov.br/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAGUNDES VARELA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<https://www.fagundesvarela.rs.gov.br/portal.php>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <transparencia.farroupilha.rs.gov.br>. Acesso em 14 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<https://www.floresdacunha.rs.gov.br/portal.php>>. Acesso em 21 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<http://transparencia.garibaldi.rs.gov.br:8083/#>>. Acesso em: 14 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIJU. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<http://www.guabijurs.com.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIJU. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<https://guabiju.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia/fiscal>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORE. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<https://www.guapore.rs.gov.br/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPORE. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<https://www.guapore.rs.gov.br/portal-da-transparencia>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTAURI. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**

Disponível em: <<http://pmmontauri.com.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTAURI. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<https://montauri.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<http://portal.montebelodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<http://transparencia.montebelodosul.rs.gov.br:8080/multi24/sistemas/transparencia/index?secao=bem_vindo#>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ARAÇÁ. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<http://www.novaaraca.rs.gov.br/site/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ARAÇÁ. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<https://novaaraca.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia/fiscal>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BASSANO. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<http://transparencia.novabassano.rs.gov.br:8085/index?secao=bem_vindo#>. Acesso em 28 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PÁDUA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<http://transparencia.npadua.com.br:8083/?secao=dinamico&id=147#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PÁDUA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<https://www.novapadua.rs.gov.br/index.php>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PÁDUA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<https://www.novapadua.rs.gov.br/portal.php>>. Acesso em 24 abr.

2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://189.14.233.75:7070/multi24/sistemas/transparencia/#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ROMA DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<https://www.novaromadosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ROMA DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <https://www.novaromadosul.rs.gov.br/servicos_e_atividades.php?id=13>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAI. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://parai.rs.gov.br/>>. Acesso em 28 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAI. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<https://parai.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia>>. Acesso em 28 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://www.pintobandeira.rs.gov.br/secao.php?id=1>>. Acesso em: 14 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://www.pintobandeira.rs.gov.br/index.php>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<https://protasio.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia/fiscal>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROTÁSIO ALVES. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<https://www.protasioalves.rs.gov.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA. **Demonstrativos Contábeis,**

Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.
Disponível em:<<http://www.santatereza.rs.gov.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em:<<http://www.santatereza.rs.gov.br/index.php?site=transparencia.php>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em:<<http://www.saojorge.rs.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em:<<https://saojorge.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em:
<http://sistemas.saomarcos.rs.gov.br/multi24/sistemas/transparencia/index?secao=bem_vindo#>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<https://www.saomarcos.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em:<<https://svs.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em:<<http://www.saivalentimdosul.rs.gov.br/>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em: <<http://portal.serafinacorrea.rs.gov.br:8079/transparencia/#>>. Acesso em 28 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.**
Disponível em:<<http://www.uniaodaserra.rs.gov.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<https://uniaodaserra.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://transparencia.veranopolis.rs.gov.br:8080/multi24/sistemas/transparencia/#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://www.veranopolis.rs.gov.br>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://189.14.228.4:8080/multi24/sistemas/transparencia/index?secao=dinamico&id=2291#>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://www.vilaflores.rs.gov.br/portal-transparencia>>. Acesso em 24 abr. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO PRATA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<http://transparencia.vistalegredoprata.rs.gov.br:8083/#>>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO PRATA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <http://transparencia.vistalegredoprata.rs.gov.br:8083/index?secao=bem_vindo#>. Acesso em 02 mai. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO PRATA. **Demonstrativos Contábeis, Relatórios de Gestão Fiscal e Instrumentos de Planejamento Financeiro.** Disponível em: <<https://www.vistalegredoprata.rs.gov.br/>>. Acesso em 02 mai. 2019

SICONFI, **Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro.** Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acessado em 03 nov. 2018.

SILVA, Adna Daniele Barrozo da. **A importância do princípio da publicidade para administração pública**. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/2954/a-importancia-principio-publicidade-administracao-publica>>. Acesso em 03 nov. 2018.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: Um Enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Atlas, 2001

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade aplicada ao setor público - MCASP**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8ª%20ed+-+publicação_com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9>. Acesso em 16 mar. 2019

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP**. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7ª%20edição+Versão+Repúblicação+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cf-bbf3-541b033b92f6>>. Acesso em 03 nov. 2018.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual dos demonstrativos fiscais (MDF)**. Disponível em: <http://tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/mdf>. Acessado em 03 nov. 2018.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Projeto siconfi – sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/projeto-siconfi>>. Acessado em 16 mar. 2019

LISTA DE APÊNDICES

APÊNCIDE A - <i>CHECKLIST</i>	71
APÊNDICE B - <i>CHECKLIST</i> ANTONIO PRADO.....	72
APÊNCIDE C - <i>CHECKLIST</i> BENTO GONCALVES.....	73
APÊNDICE D - <i>CHECKLIST</i> BOA VISTA DO SUL.....	74
APÊNDICE E - <i>CHECKLIST</i> CARLOS BARBOSA.....	75
APÊNDICE F - <i>CHECKLIST</i> CAXIAS DO SUL.....	76
APÊNCIDE G - <i>CHECKLIST</i> CORONEL PILAR.....	77
APÊNDICE H - <i>CHECKLIST</i> COTIPORÃ.....	78
APÊNDICE I - <i>CHECKLIST</i> FAGUNDES VARELA.....	79
APÊNDICE J - <i>CHECKLIST</i> FARROUPILHA.....	80
APÊNDICE J - <i>CHECKLIST</i> FLORES DA CUNHA.....	81
APÊNDICE L - <i>CHECKLIST</i> GARIBALDI.....	82
APÊNDICE M - <i>CHECKLIST</i> GUABIJU.....	83
APÊNDICE N - <i>CHECKLIST</i> GUAPORÉ.....	84
APÊNDICE O - <i>CHECKLIST</i> MONTAURI.....	85
APÊNDICE P - <i>CHECKLIST</i> MONTE BELO DO SUL.....	86
APÊNDICE Q - <i>CHECKLIST</i> NOVA ARAÇÁ.....	87
APÊNDICE R - <i>CHECKLIST</i> NOVA BASSANO.....	88
APÊNDICE S - <i>CHECKLIST</i> NOVA PÁDUA.....	89
APÊNDICE T - <i>CHECKLIST</i> NOVA PRATA.....	90
APÊNDICE U - <i>CHECKLIST</i> NOVA ROMA DO SUL.....	91
APÊNDICE V - <i>CHECKLIST</i> PARAI.....	92
APÊNDICE W - <i>CHECKLIST</i> PINTO BANDEIRA.....	93
APÊNDICE X - <i>CHECKLIST</i> PROTÁSIO ALVES.....	94
APÊNDICE Y - <i>CHECKLIST</i> SANTA TEREZA.....	95
APÊNDICE Z - <i>CHECKLIST</i> SÃO JORGE.....	96
APÊNDICE AA - <i>CHECKLIST</i> SÃO MARCOS.....	97
APÊNDICE BB - <i>CHECKLIST</i> SÃO VALENTIM DO SUL.....	98
APÊNDICE CC - <i>CHECKLIST</i> SERAFINA CORRÊA.....	99
APÊNDICE DD - <i>CHECKLIST</i> UNIÃO DA SERRA.....	100
APÊNDICE EE - <i>CHECKLIST</i> VERANÓPOLIS.....	101
APÊNDICE FF - <i>CHECKLIST</i> VILA FLORES.....	102

APÊNDICE GG - *CHECKLIST* VISTA ALEGRE DO PRATA.....103

APÊNDICE A – CHECKLIST

CHECKLISTS - PARA VERIFICAÇÃO DE PUBLICIDADE DOS DEMONSTRATIVOS								
	LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R E S P O N S A B I L I D A D E	1	Balanco Orçamentário						
	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção						
	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida						
	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias						
	x	5	Demonstrativo do Resultado nominal					
	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal						
	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão						
	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE						
	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital						
	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência						
	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos						
	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde						
	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas						
	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária						
	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F I S C A L	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal						
	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL						
	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores						
	4	Demonstração das Operações de Crédito						
	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar						
	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal						
	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado						
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4 3 2 0	1	Balanco Orçamentário						
	2	Balanco Patrimonial						
	3	Balanco Financeiro						
	4	Demonstração das Variações Patrimoniais						
		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N B C 1 6 R · 1 6 T S P	1	Balanco Patrimonial						
	2	Balanco Orçamentário						
	3	Balanco Financeiro						
	4	Demonstração das Variações Patrimoniais						
	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa						
	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	7	Notas Explicativas						
		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 9 F 8 B 8	1	Plano Plurianual						
	2	Lei Diretrizes Orçamentárias						
	3	Lei Orçamentária Anual						

fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE B – CHECKLIST ANTONIO PRADO

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balanço Orçamentário					X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção						X
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida						X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias						
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal						X
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal						X
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão						X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE						X
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital						
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência						
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos						X
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde						X
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas						X
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária						X
D								
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal					X	
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL					X	
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores					X	
S	4	Demonstração das Operações de Crédito					X	
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar					X	
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal					X	
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado						
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	X
3	2	Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	-
2	3	Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	-
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	-
1	2	Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	X
6	3	Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	-
.	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
6	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	-	-
	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
	7	Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
C	1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
9	1	Plano Plurianual	-	-	-	-	-	X
8	2	Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	-	-	X
B	8	Lei Orçamentária Anual	-	-	-	-	-	X

fonte: elaborado pelo autor

APÊNDICE C – CHECKLIST BENTO GONÇALVES

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R E S P O N S A B I L D	1	Balço Orçamentário						X
	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção						
	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida						
	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias						
	5	Demonstrativo do Resultado nominal						
	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal						
	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão						
	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE						
	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital						
	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência						
	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos						
	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde						
	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas						
	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária						
		Não disponível no site						
LRF		RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F I S C A L	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal						
	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL						
	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores						
	4	Demonstração das Operações de Crédito						
	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar						
	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal						
		Não disponível no site						
####		DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4 3 2 0	1	Balço Orçamentário						X
	2	Balço Patrimonial						X
	3	Balço Financeiro						X
	4	Demonstração das Variações Patrimoniais						X
		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 6 6	1	Balço Patrimonial						X
	2	Balço Orçamentário						X
	3	Balço Financeiro						X
	4	Demonstração das Variações Patrimoniais						X
	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa						X
	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	7	Notas Explicativas						
1		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C F B	1	Plano Plurianual	X	X	X	X	X	X
	2	Lei Diretrizes Orçamentárias	X	X	X	X	X	X
	3	Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE E - CHECKLIST CARLOS BARBOSA

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balanco Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	X	X	X	X	X
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	X	X	X	X	X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	X	X	X	X	X
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	-	X	X	X	X	X
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	X	X	X	X	X
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	X	X	X	X	X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-		X	X	X	X
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	X	X	X	X	X
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	X	X	X	X	X
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	X	X	X	X	X
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-		X	X	X	X
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	X	X	X	X	X
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	X	X	X	X	X
ano de 201 tem todos os links, mas não acessa nenhum								
LRF		RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	X	X	X	X	X
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	X	X	X	X	X
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	X	X	X	X	X
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	X	X	X	X	X
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	X	X	X	X	X
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	X	X	X	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	X	X	X	X	X
##### DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64								
4	1	Balanco Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2	Balanco Patrimonial	X	X	X	X	X	X
2	3	Balanco Financeiro	X	X	X	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)								
	1	Balanco Patrimonial	X	X	X	X	X	X
1	2	Balanco Orçamentário	X	X	X	X	X	X
6	3	Balanco Financeiro	X	X	X	X	X	X
.	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
6	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	X	X	X	X	X
	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
	7	Notas Explicativas	X	X	X	X	X	X
Constituição Federal Brasileira 1988								
1		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
9	1	Plano Plurianual	X	X	X	X	X	X
8	2	Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	-	X	X
8	3	Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X
ano de 2013 tem todos os link, mas não acessam nenhum								

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE F - CHECKLIST CAXIAS DO SUL

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	X	X	X	X	X	X
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	X	X	X	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	X	X	X	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	X	X	X	X	X	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	X	X	X	X	X	X
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	X	X	X	X	X	X
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	X	X	X	X	X	X
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	X	X	X	X
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	X	X	X	X	X	X
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	X	X	X	X
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	X	X	X	X	X	X
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	X	X	X	X	X	X
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
1	2 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
6	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
.	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
6	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	X	X	X	X	X
	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
	7 Notas Explicativas	X	X	X	X	X	X
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
9	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	X	X	X	X	X	X
8	3 Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE G - CHECKLIST CORONEL PILAR

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	-	X	X	X
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	X	-	-	X	X	X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	X	-	-	X	X	X
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	X	-	-	X	X	X
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	X	-	-	X	X	X
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	X	-	-	X	X	X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	X	-	-	X	X	X
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	X	-	-	X	X	X
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	X	-	-	X	X	X
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	X	-	-	X	X	X
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	-	-	X	X	X
D								
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	X	X	X	X	X	X
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	X	X	X	X	X	X
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	X	X	X	X	X	X
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	X	X	X	X	X	X
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	X	X	X	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	X	X	X	X
	####	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2	Balço Patrimonial	X	X	-	X	X	X
2	3	Balço Financeiro	X	-	-	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	-	X	X	X
		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Balço Patrimonial	X	X	-	X	X	X
1	2	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
6	3	Balço Financeiro	X	-	-	X	X	X
.	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	-	X	X	X
6	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	X
	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
	7	Notas Explicativas	X	X	-	X	X	X
		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	X	X	X	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE H - CHECKLIST COTIPORÃ

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	-
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	-
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	-
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	X	X	X	X	-	-
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	X	X	X	X	X	-
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	X	X	X	X	X	-
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	-
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	X	X	X	X	X	-
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	X	X	X	X	-
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	X	X	X	X	-
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	-
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D		NOTA EXPLICATIVA - Ano de 2013 foi publicado até o 5 bimestre, considerando assim, como, 80% concluído						
LRF		RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	X	X	X	X	X	-
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	X	X	X	X	X	-
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	X	X	X	X	X	-
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	X	X	X	X	X	-
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
#### DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64			2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	-
3	2	Balço Patrimonial	X	X	X	X	-	-
2	3	Balço Financeiro	X	X	X	X	-	-
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	-	-
Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)			2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	1	Balço Patrimonial	X	X	X	X	X	-
6	2	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	-
6	3	Balço Financeiro	X	X	X	X	-	-
.	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	-	-
6	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	-	-
	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
	7	Notas Explicativas	-	-	X	X	-	-
Constituição Federal Brasileira 1988			2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	1	Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
9	2	Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	X	X	X	X
8	3	Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE I - CHECKLIST FAGUNDES VARELA

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	X	X	X
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	X	X	X
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	X	X	X
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	X	X	X
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	X	X	X
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	-	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	X	X	X
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	X	X	X
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	X	X	X
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	X	X	X
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	X	X	X
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	X	X	X
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	-
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	-
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Os demonstrativos não estavam disponíveis no site. O site apresentou problemas técnicos em mais de 3 acessos							
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	-
B	6 2 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	-
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	-	-
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
Os demonstrativos não estavam disponíveis no site. O site apresentou problemas técnicos em mais de 3 acessos							
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	X	X	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	-	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE J - CHECKLIST FARROUPILHA

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balanco Orçamentário	-	-	-	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	X	X
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	X	X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	X	X
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	X	-
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	X	X
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	X	X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	X	X
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	X	X
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	X	X
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	X	X
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	X	X
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D								
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	X
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	X	X
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	X	X
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	X	X
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	X	X
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balanco Orçamentário	-	-	-	X	X	X
3	2	Balanco Patrimonial	-	-	-	X	X	X
2	3	Balanco Financeiro	-	-	-	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
	1	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balanco Patrimonial	-	-	-	X	X	X
B	6	2 Balanco Orçamentário	-	-	-	X	X	X
C	6	3 Balanco Financeiro	-	-	-	X	X	X
T	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
S	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
R	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
P	1	7 Notas Explicativas	-	-	-	X	X	X
(
	1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9	1 Plano Plurianual	-	-	-	-	-	X
F	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	-	-	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	-	-	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE K - CHECKLIST FLORES DA CUNHA

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balço Orçamentário	-	-	X	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	X	X	X	X
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	X	X	X	X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	X	X	X	X
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	X	X	X	X
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	X	X	X	X
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	X	X	X	X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	X
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	X	X	X	X
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	X	X	X	X
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	X	X	X	X
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	X
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	X	X	X	X
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	X	X	X	-
D								
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	X
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	X	X
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	X	X
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	X	X
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	X	X
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	####	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balço Orçamentário	-	-	X	-	X	X
3	2	Balço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
2	3	Balço Financeiro	-	-	-	-	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
1		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
B	·	2 Balço Orçamentário	-	-	X	-	X	X
C	6	3 Balço Financeiro	-	-	-	-	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
S	R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	X
P	1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
—)	7 Notas Explicativas	-	-	-	-	X	X
C	1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F	9	1 Plano Plurianual	-	-	-	-	-	-
B	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	-	X	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE L - CHECKLIST GARIBALDI

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	X	X	X	X	X	X
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	X	X	X	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	X	X	X	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	X	X	X	X	X	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	X	X	X	X	X	X
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	X	X	X	X	X	X
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	X	X	X	X	X	X
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	X	X	X	X	X	X
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D	O ano de 2015 não está com data						
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X
I	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	X	X	X	X	X	X
S	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	X	X	X	X	X	X
C	4 Demonstração das Operações de Crédito	X	X	X	X	X	X
A	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	X	X	X	X	X	X
L	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	X	X	X	X	X	X
	O ano de 2015 não está com data						
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
	O ano de 2015 não está com data						
1	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N 6	1 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
B ·	2 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
C 6	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
T (4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
S R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	X	X	-	X	X	X
P 1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)	7 Notas Explicativas	X	X	-	X	X	X
	O ano de 2015 não está com data						
1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C 9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F 8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	X	X	X	X
B 8	3 Lei Orçamentária Anual	-	X	X	X	X	X
	O ano de 2015 não está com data						

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE M - CHECKLIST GUABIJU

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	X	X	X	X	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	X	X	-	X	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	X	-	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	X	X	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	X	-	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	X	X	X	X	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	X	-	-	X	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	X	-	X	X	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	X	X	X	X	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	X	-	-	-	X
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	X
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	X
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	X	-	-	-	X
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	-	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	-	-	X	X	X
B	6 2 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	-	-	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	X	X		X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE N - CHECKLIST

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	X	-
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	X	X
B	6 2 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	X	-
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	X	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	-
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	X	X	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE O - CHECKLIST MONTAURI

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balanco Orçamentário	-	X	X	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	X	X	X	-	-
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	X	X	X	X	X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	-	X	X	X	-	-
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	X	X	X	X	-
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	X	X	X	-	-
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	X	X	X	-	-
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	X	X	X	-	-
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	X	X	X	-	-
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	X	X	X	-	-
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	-	-	X	-	X
D		2014 - publicado até o 3 bimestre						
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	X	X	X	X	-
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	X	X	X	-	X
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	X	X	X	-	-
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	X	X	X	-	-
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	X	X	X	X	X
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	-	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
		2014 publicado até o 3 bimestre						
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balanco Orçamentário	-	X	X	X	X	X
3	2	Balanco Patrimonial	-	-	-	X	X	X
2	3	Balanco Financeiro	-	-	-	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
1		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balanco Patrimonial	-	-	-	X	X	X
B	6	2 Balanco Orçamentário	-	X	X	X	X	X
C	6	3 Balanco Financeiro	-	-	-	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
S	R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P	1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)		7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	X
C	1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F	9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
B	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	-	-	X	X
8	3	Lei Orçamentária Anual	-	X	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE P - CHECKLIST MONTE BELO DO SUL

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	X	-	-	-	-	-
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	X	X	X	X	X	X
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	X	X	X	X	X	X
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	X	X	X	X	X	X
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	X	X	X	X	X	X
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	X	X	X	X	X	X
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	X
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D								
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	X	X	X	X	X	X
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	X	X	X	X	X	X
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	X	X	X	X	X	X
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	X	X	X	X	X	X
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	####	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2	Balço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
2	3	Balço Financeiro	X	X	X	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
1		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
B	6	2 Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
C	6	3 Balço Financeiro	X	X	X	X	X	X
T	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
S	5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
R	6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
P	1	7 Notas Explicativas	-	X	-	X	X	X
1		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	X	X	X	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE Q - CHECKLIST NOVA ARAÇÁ

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	-	-
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O x	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	X	-	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	-
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N 6	1 Balanço Patrimonial	X	-	X	X	X	X
B ·	2 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
C 6	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
T (4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	-
S R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	-
P 1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)	7 Notas Explicativas	-	-	-	X	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C 9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F 8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-		X	X	X	X
B 8	3 Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE R - CHECKLIST NOVA BASSANO

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	-	-
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O x	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	-	-	-	-
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	-	-
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	-	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	-	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N 6	1 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	X
B ·	2 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	-	X
C 6	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	X
T (4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	-	X
S R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	-	-
P 1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)	7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C 9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F 8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	X	X	X
B 8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE S - CHECKLIST NOVA PÁDUA

1	LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
8	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
A	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
3	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
:	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	X	X	X	X	X	X
I	x	5 Demonstrativo do Resultado nominal	X	X	X	X	X	X
2	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	X	X	X	X	X	X
6	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	X	X	X	X	X	X
3	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	X	X	X	X	X	X
:	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
I	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	X	-	-	X	-	X
2	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	-	X
6	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
3		2015 - demonstrativos publicados até o 4 bimestre						
:	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
J	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	X	-	X	X	X	X
A	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	X	X	X	X	X	X
3	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	X	-	X	X	X	-
:	4	Demonstração das Operações de Crédito	X	-	X	X	X	-
J	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	X	-	X	X	X	-
2	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	-
7	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	X	X	X	-
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2	Balço Patrimonial	-	-	X	-	X	X
2	3	Balço Financeiro	-	-	-	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	-
1		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balço Patrimonial	-	-	X	-	X	X
B	·	2 Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
C	6	3 Balço Financeiro	-	-	-	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	-
S	R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P	1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)		7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
1		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	X	X	X	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE T - CHECKLIST NOVA PRATA

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	-
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D	2014 - demonstratio publicado até o 4 bimestre						
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	x	-	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	-
3	2 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	-
2	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	-
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	-
	2017 - BP e BF não tem datas						
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	-
B	6 2 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	-
C	6 3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	-
T	6 4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	-
S	6 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	X	X	X	-
P	6 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
1	6 7 Notas Explicativas	-	-	-	-	X	-
	2017 - BP e BF não tem datas						
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	X	X	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE U - CHECKLIST NOVA ROMA DO SUL

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	X	X	X
O x	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	X	-	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	X	X	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	X	X	X
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	X	-	X
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	X	X	X
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	X	X	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	X	X	X
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	-	-	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	X	X	X
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	X	X	X
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	X	X	X
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	X	X	X
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	X	X	X
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	-	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N 6	1 Balanço Patrimonial	-	-	-	X	X	X
B ·	2 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
C 6	3 Balanço Financeiro	-	-	-	X	X	X
T (4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
S R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P 1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)	7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	X
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C 9	1 Plano Plurianual	-	-	-	-	-	X
F 8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	-	-	X
B 8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	-	-	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE V - CHECKLIST PARA I

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	X	X	X
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	X	-	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	X	-	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	X	X	X
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	X	X	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	X	X	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	X	X	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	X	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	X	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	X	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	2017 - Demonstrativo 1 E 2 apenas 1º semestre publicado						
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	-	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
1	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
B	· 2 Balanço Orçamentário	-	-	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	-	X	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE W - CHECKLIST PINTO BANDEIRA

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	-	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
B	· 2 Balanço Orçamentário	-	-	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	-	-	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	X	X	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	X	-	-	-	-	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	X	X	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaborado pelo autor

APÊNDICE X - CHECKLIST PROTÁSIO ALVES

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	X	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	X	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	X	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	X	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	X	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	X	X	X	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	X	X	-	X
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	X	X
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	X	X	X	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	X	X	X
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	X	X	X	X
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	X	X	X	X
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	X	X	X	X
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	X	X	X	X
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	2015 e 2016 - descontado um demonstrativo por não publicar em 2015 restos a pagar e 2016 disponibilidade de caixa						
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	X	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	X	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	X	X	X	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	X	X	X	X	X
B	· 2 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
C	· 6 3 Balanço Financeiro	-	X	X	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	X	X	X	X	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	X	X	X	X
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	X
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	1 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE Y - CHECKLIST SANTA TEREZA

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	X	X	X	X	X	X
B	6 2 Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	X	X	X	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	X
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE Z - CHECKLIST SÃO JORGE

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	X	X	X	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	X	X	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	X	X	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	X	X	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	X	X	X	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	X	X	X	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	X	X	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	X	X	X	X
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	X	X	X	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	X	X	X	-	X
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	-	-
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	2017 - demonstrativos não abriram						
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	-	-	X
1	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
B	· 2 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	-	X	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	-	-	X
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	X	X	X	-
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE AA - CHECKLIST SÃO MARCOS

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R E S P O N S A B I L I D A	1	Balanco Orçamentário	X	X	X	X	X	X
	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
	5	Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	-	-	X	X
		2018 - publicado até 4º bimestre						
LRF		RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F I S C A L	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	X
	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	X	X
	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	X	X
	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	X	X
	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	X	X
	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	X	X
		2018 - publicado apenas 1º bimestre						
4.320		DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4 3 2 0	1	Balanco Orçamentário	X	X	X	X	X	X
	2	Balanco Patrimonial	X	X	X	X	X	X
	3	Balanco Financeiro	X	-	X	X	X	X
	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
		2018 - publicado até 4º bimestre						
1		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N B C T S P	6	1 Balanco Patrimonial	X	X	X	X	X	X
	6	2 Balanco Orçamentário	X	X	X	X	X	X
	6	3 Balanco Financeiro	X	-	X	X	X	X
	6	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	X	X	X	X	X	X
	1	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
	1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
	1	7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
		2018 - publicado até 4º bimestre						
1		Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C F B	9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	X	X	X	X
	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	X	X	X	X	X

Fonte: Elabora pelo autor

APÊNDICE CC - CHECKLIST SERAFINA CORRÊA

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	X
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	X	X
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	X	X
O x	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	X	X
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	X	X
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	X
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	X
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	X	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	X
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	X
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	-	-	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	X
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	X	X
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	X
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	X	X
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	X	X
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	X	X
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N 6	1 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	X	X
B .	2 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	X
C 6	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	X	X
T (4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	X	X
S R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	X
P 1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)	7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C 9	1 Plano Plurianual	-	-	-	-	-	X
F 8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	-	-	X
B 8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	-	-	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE DD - CHECKLIST UNIÃO DA SERRA

E	LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	-
F	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
I	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
S	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
C	x	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
A	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
L	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
+	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
A	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
3	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
:	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
D	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
2	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
7	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D		2013, 2014, 2015 - publicado até o 4º bimestre						
1	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
8	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
A	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
3	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
:	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
D	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
2	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	-	X	X	X	X
6	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	-
3	2	Balanço Patrimonial	-	-	-	-	X	-
2	3	Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	-
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	X	-
1		Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balanço Patrimonial	-	-	-	-	X	-
B	.	2 Balanço Orçamentário	-	-	-	-	X	-
C	6	3 Balanço Financeiro	-	-	-	-	-	-
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	-	-	X	-
S	R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	-	-
P	1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)		7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
C	1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F	9	1 Plano Plurianual	X	X	X	X	X	X
B	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	-	X	X	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	X	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE EE - CHECKLIST VERANÓPOLIS

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	X	X	X	X	X
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	X	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	X	X	-	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	X	X	X	X	-
	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	X	X	X	X	X
B	· 2 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	X	X	-	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	X	X	X	-	-
S	R 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	X	X	X	X
P	1 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
(7 Notas Explicativas	-	-	-	X	X	X
	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	X	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE FF - CHECKLIST VILA FLORES

LRF	RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
E	2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4 Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5 Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6 Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7 Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10 Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13 Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	X	X	X	X	X	X
D							
E	LRF RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4 Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5 Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	-	-	-	-	-
L	1 Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320 DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
3	2 Balanço Patrimonial	-	X	X	X	X	X
2	3 Balanço Financeiro	-	X	X	X	X	X
0	4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	X	X	X	X	X
	1 Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6 1 Balanço Patrimonial	-	X	X	X	X	X
B	6 2 Balanço Orçamentário	-	X	X	X	X	X
C	6 3 Balanço Financeiro	-	X	X	X	X	X
T	6 4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	X	X	X	X	X
S	6 5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	-	X	X
P	6 6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
1	6 7 Notas Explicativas	-	X	X	X	X	X
	1 Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9 1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8 2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	X	X	X	X
B	8 3 Lei Orçamentária Anual	-	-	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE GG - CHECKLIST VISTA ALEGRE DO PRATA

LRF		RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018
R	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
E	2	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	-	-	-	-	-	-
S	3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	-	-	-	-	-	-
P	4	Demonstrativo das Receita e Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
O	5	Demonstrativo do Resultado nominal	-	-	-	-	-	-
N	6	Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	-	-	-	-	-	-
S	7	Demonstrativo dos Restos a pagar por Poder e Órgão	-	-	-	-	-	-
A	8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	-	-	-	-	-	-
B	9	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
I	10	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	-	-	-	-	-	-
L	11	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-	-	-	-	-
I	12	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-	-	-	-
D	13	Demonstrativo das Parcerias Público Privadas	-	-	-	-	-	-
A	14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	-	-	-	X	X	X
D								
E	LRF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	-	-	-	-	-	-
F	2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL	-	-	-	-	-	-
I	3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	-	-	-	-	-	-
S	4	Demonstração das Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
C	5	Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-
A	6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	X	X	X	X
L	1	Relatório de Gestão Fiscal Consolidado	-	-	-	-	-	-
	4.320	DEMONSTRATIVOS DA LEI 4.320/64	2013	2014	2015	2016	2017	2018
4	1	Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
3	2	Balço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
2	3	Balço Financeiro	-	-	X	X	X	X
0	4	Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
	1	Demonstrativos da NBC TSP 16.6 (R1)	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N	6	1 Balço Patrimonial	-	-	X	X	X	X
B	·							
C	6	2 Balço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
		3 Balço Financeiro	-	-	X	X	X	X
T	(4 Demonstração das Variações Patrimoniais	-	-	X	X	X	X
S	R	5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	-	-	X	X	X
P	1	6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-
)		7 Notas Explicativas	-	-	-	-	-	-
	1	Constituição Federal Brasileira 1988	2013	2014	2015	2016	2017	2018
C	9	1 Plano Plurianual	-	X	X	X	X	X
F	8	2 Lei Diretrizes Orçamentárias	-	-	-	X	X	X
B	8	3 Lei Orçamentária Anual	-	-	-	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor